



Seguimiento de la CONFINTEA VI:

Plantilla de información para los *Informes nacionales de progreso* a fin de preparar el *Informe mundial sobre el aprendizaje y la educación de adultos (GRALE)* y el fin del Decenio de las Naciones Unidas de la Alfabetización (DNUA)

Informe nacional de progreso presentado por el Gobierno del Brasil

Este informe se presenta en nombre del Gobierno del **Brasil**, de acuerdo con los compromisos aprobados en la Sexta Conferencia Internacional de Educación de Adultos (CONFINTEA VI)¹, como se explicita en el *Marco de Acción de Belém*², en relación específicamente con el monitoreo de su seguimiento.

Este informe está organizado en diferentes secciones, de acuerdo con las áreas de la CONFINTEA VI. Se adjunta un documento con notas explicativas³ destinado a lograr una mayor clarificación.

Institución responsable de la presentación de este informe	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/SECADI - Ministério da Educação/MEC
Fecha de presentación	29 de fevereiro de 2012

¹ Para mayor información sobre la CONFINTEA VI véase: <http://www.unesco.org/es/confinteavi/>

² Disponible en ocho lenguas en: <http://www.unesco.org/es/confinteavi/belem-framework-for-action/>

³ Las notas explicativas tienen por objeto servir de material de referencia para clarificar el alcance y los antecedentes de la plantilla de información y explicar algunos términos básicos.

Organização da Educação no Brasil

A organização político administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, 26 Estados, o Distrito Federal, e os 5.564 Municípios, todos autônomos, nos termos tratados pela vigente Constituição Federal.

A educação no Brasil, segundo o que determina a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) deve ser gerida e organizada separadamente por cada nível de governo. O Governo Federal, os Estados, o Distrito Federal e os municípios devem gerir e organizar seus respectivos sistemas de ensino e atuarem em regime de colaboração. Cabe à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

Cada um desses sistemas públicos é responsável por sua própria manutenção, que gera fundos, bem como os mecanismos e fontes de recursos financeiros. A Constituição Federal determina que a União aplique, no mínimo, 18% para educação e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, 25%.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação escolar compõe-se de:

I. Educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II. Educação superior.

A educação básica é obrigatória e gratuita na escola pública dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria e tem por finalidade o desenvolvimento integral do educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Ela pode ser oferecida no ensino regular e nas modalidades de educação de jovens e adultos, educação especial e educação profissional, sendo que esta última pode ser também uma modalidade da educação superior.

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. A educação infantil é oferecida em creches, para crianças de zero a três anos de idade, e pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos.

O ensino fundamental, cujo objetivo maior é a formação básica do cidadão, tem duração de nove anos

O ensino médio, etapa final da educação básica, objetiva a consolidação e aprofundamento dos objetivos adquiridos no ensino fundamental. Tem a duração mínima de três anos, com ingresso a partir dos quinze anos de idade.

No que se refere às modalidades de ensino que permeiam os níveis anteriormente citados, tem-se:

- Educação especial: oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.
- Educação de jovens e adultos: destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

Tal como previsto na LDB, a oferta pública de cursos de EJA nos níveis fundamental e médio é realizada em sua quase totalidade pelos estados e municípios. O governo federal, entretanto, exerce um papel importante como indutor das políticas, ao definir diretrizes, empreender avaliações, prover materiais didático-pedagógicos, financiar a formação de professores e projetos elaborados por estados e municípios.

- Educação profissional: que, integrada as diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. É destinada ao aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como ao trabalhador em geral, jovem ou adulto.

Indicadores gerais

Ocupando um território de 8,5 milhões de Km², o Brasil tem uma população de 190.732.694 conforme Censo do IBGE 2010. Em comparação com o Censo 2000, ocorreu um aumento de 20.933.524 pessoas. O crescimento da população brasileira no período foi de 12,3%, inferior aos 15,6% observado na década anterior. O Censo 2010 mostra também que a população é mais urbanizada que há 10 anos: em 2000, 81% dos brasileiros viviam em áreas urbanas, agora são 84%.

A região Sudeste segue sendo a região mais populosa do Brasil, com 80.353.724 pessoas. Entre 2000 e 2010, perderam participação as regiões Sudeste (de 42,8% para 42,1%), Nordeste (de 28,2% para 27,8%) e Sul (de 14,8% para 14,4%). Por outro lado, aumentaram seus percentuais de população brasileira as regiões Norte (de 7,6% para 8,3%) e Centro-Oeste (de 6,9% para 7,4%).

A população brasileira é composta majoritariamente de mulheres, 97.342.162, o que corresponde a 51,03% da população total.

A participação das pessoas com 25 anos ou mais de idade no total da população brasileira vem aumentando ano a ano entre 2004 (53,7%) e 2009 (58,4%), enquanto a das pessoas na faixa até 24 anos de idade vem diminuindo e caiu 46,3% para 41,6% no mesmo período. Na comparação entre 2008 e 2009, houve redução de 642 mil pessoas até 24 anos de idade, enquanto a faixa etária de 25 a 59 anos aumentou em 1,8 milhão. A taxa de fecundidade foi de 1,9 filhos por mulher em 2008 e 2009, contra 2,1 em 2004.

Na população de 60 anos ou mais o crescimento foi de 697 mil pessoas entre 2008 e 2009, o que representou um aumento de 3,3%, contra uma elevação de 1% no total da população residente do país. Em 2009, 11,3% dos brasileiros tinham 60 anos ou mais de idade, frente a 11,1% em 2008 e 9,7% em 2004.

Do ponto de vista dos indicadores econômicos e sociais, o país apresentou uma melhora significativa e está prestes a atingir o seu menor nível de desigualdade de renda desde registros iniciados em 1960. Como consequência da manutenção do crescimento com redução da desigualdade, a pobreza também continua a sua tendência decrescente que vem desde 2003. Atualmente o Brasil possui 28,8 milhões de pobres, um contingente ainda expressivo. A taxa de pobreza caiu de 16,02% para 15,32% entre 2008 e 2009, uma queda de 4,32% em pleno ano de crise econômica global. De 2003 a 2009, a taxa de crescimento do PIB *per capita* foi em média de 2,88% ao ano. No primeiro trimestre de 2010, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* atingiu 7% em relação ao primeiro trimestre de 2009, ou 10,6% em relação ao último trimestre de 2009.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009 também mostra avanços em diversos indicadores, como o aumento do percentual de empregados com carteira assinada, de 58,8% em 2008 para 59,6% em 2009. O rendimento mensal real de trabalho também permaneceu em elevação, com aumento de 2,2% entre 2008 e 2009, e a concentração desses rendimentos, medida pelo Índice *de Gini*, continuou reduzindo, de 0,521 para 0,518. Além disso, o trabalho infantil prosseguiu em queda (em 2009, 4,3 milhões de pessoas de 5 a 17 anos trabalhavam, contra 4,5 milhões em 2008 e 5,3 milhões em 2004), e a escolaridade dos trabalhadores continuou em alta. Em 2009, 43,1% da população ocupada tinham pelo menos o ensino médio completo, contra 41,2% em 2008 e 33,6% em 2004, e os trabalhadores com nível superior completo representavam 11,1% do total, frente a 10,3% em 2008 e 8,1% em 2004.

Quanto à cor, a população residente estava composta por 48,2% (92,5 milhões) de pessoas que se declararam brancas; 6,9% (13,3 milhões), pretas; 44,2% (84,7 milhões), pardas e 0,7% (1,3 milhão) de amarelas e indígenas.

Situação educacional

O Brasil vem apresentando avanços significativos em alguns indicadores educacionais, entretanto, chega ao século XXI com importantes desafios a serem superados.

A taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais caiu 1,8 ponto percentual entre 2004 e 2009. A superação do analfabetismo – que é de 13,9 milhões de analfabetos (Censo IBGE 2010) - é nosso primeiro desafio. O segundo desafio é elevar o número de anos de estudo da população brasileira adulta, que apresenta menos de quatro anos de estudo.

O terceiro desafio do governo brasileiro é superar as desigualdades regionais. A região Nordeste, onde o analfabetismo mais se reduziu entre 2004 e 2009 (de 22,4% para 18,7%), ainda apresenta o índice bem acima das demais regiões, quase o dobro da média nacional. Nessa região, merece destaque também a redução do analfabetismo funcional, em 6,6 pontos percentuais de 2004 para 2009.

Entre os analfabetos, 92,6% têm 25 anos ou mais de idade, o que representava 12% do total da população nesta faixa etária. Entre as pessoas de 50 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo é de 21%. A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade é maior entre os homens (9,8%) que entre as mulheres (9,6%).

Para a universalização da alfabetização destes brasileiros o Ministério da Educação criou em 2003 o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) com o objetivo de contribuir para superar o analfabetismo e promover a progressiva continuidade dos estudos em níveis mais elevados, garantindo o acesso à educação como direito de todos, em qualquer momento da vida, por meio da responsabilidade solidária entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. O PBA integra-se aos desafios de apoiar a ampliação da oferta e a melhoria da qualidade da EJA, na perspectiva da educação continuada, e de promover e valorizar as diferentes formas de educação, formal e não-formal para jovens e adultos. Deste modo, além de ter como objetivo colaborar para a superação do analfabetismo no país, prevê a articulação com outras políticas de educação voltadas ao público jovem e adulto visando o fortalecimento da EJA no âmbito das redes de ensino, as respostas apresentadas neste informe levam em consideração esta visão integrada entre a alfabetização e a educação de jovens e adultos.

Entre as crianças de 6 a 14 anos, a taxa de escolarização (percentual dos que frequentavam escola) é de 97,6% em 2009, 1,5 ponto percentual a mais que em 2004. Para os adolescentes de 15 a 17 anos, a taxa de escolarização em 2009 era de 90,6%, frente a 85,2% em 2004; já entre os jovens de 18 a 24 anos de idade, os percentuais eram de 38,5% em 2009 e 30,3% em 2004. Entre as crianças de 4 a 5 anos, 86,9% estavam na escola, percentual igualmente superior aos de 2004 (74,8%).

Em 2009, os brasileiros de 10 anos ou mais de idade tinham em média 7,2 anos de estudo. Entre 2004 e 2009, a proporção de pessoas que tinham pelo menos 11 anos de estudo subiu de 25,9% (38,7 milhões) para aproximadamente 33% (53,8 milhões). Por outro lado, o percentual de indivíduos com menos de quatro anos de estudo caiu de 25,9% (38,7 milhões de pessoas) para 22,2% (36,2 milhões).

O Censo Escolar 2010 mostra um total de 4.234.956 matrículas. Desse total, 2.846.104 (67%) estão no ensino fundamental e 1.388.852 (33%) no ensino médio conforme tabela 1.

Segundo dados da PNAD/IBGE 2009, o Brasil tem uma população de 57,7 milhões de pessoas com mais de 18 anos que não freqüentam a escola e que não têm o ensino fundamental completo.

População	Quant.	Percen.
Total	191.795.854	
15 anos ou mais	145.385.375	100%

Analfabetos (15 anos ou mais)	14.104.984	9,70%
Tem 0 a 3 anos de estudo (15 anos ou mais)	29.534.407	20,30%
Tem 1 a 3 anos de estudo (15 anos ou mais)	14.312.103	9,80%
17 anos ou mais	138.324.865	100%
Tem 4 a 7 anos de estudo (17 anos ou mais)	32.328.156	23,40%
19 anos ou mais	131.691.992	100%
Tem 8 a 10 anos de estudo (19 anos ou mais)	19.161.956	14,60%

Fonte: PNAD/IBGE Microdados Elaboração CGM/DEAVE/SECAD

Modalidade e Nível de Ensino	Oferta e Demanda	Censo Escolar 2010, PNAD 2009 e PBA 2009
Alfabetização	Oferta atual	2.078.703
	Demanda Potencial	14.104.984
	Tx de atendimento (%)	14,74%
EJA Ensino Fundamental	Oferta atual	2.839.178
	Demanda Potencial	46.640.259
	Tx de atendimento (%)	6,09%
EJA Ensino Médio	Oferta atual	1.427.004
	Demanda Potencial	19.161.956
	Tx de atendimento (%)	7,45%

Fonte: Censo Escolar 2010; PNAD 2009; SBA 2009

Os números são contundentes, ou seja, o atendimento de EJA é muito aquém do que poderia ser. É certo que tem diminuído o número de escolas que oferecem EJA. Isso sinaliza um problema, sobretudo para o trabalhador que precisa de motivação para voltar à escola. Menos escolas, mais dificuldades, sobretudo nos grandes centros urbanos em que o deslocamento pode se tornar um impeditivo para acesso aos locais de oferta.

Merece destaque a integração da EJA com a educação profissional. A educação de jovens e adultos de ensino fundamental associada à formação profissional totaliza 14.126 matrículas, e as de ensino médio 38.152. Esses números indicam que há espaço para ampliação da oferta de EJA integrada à educação profissional.

Tabela 1 - Número de Escolas e Matrículas da Educação de Jovens e Adultos Brasil - 2007/2010

Ano		Escola e Matrículas na Educação de Jovens e Adultos		
Total de Escolas		Total de Matrículas	Total de Matrículas no Turno Noturno	% Matrículas no Turno Noturno
2007	42.753	4.975.591	4.309.100	86,6
2010	39.641	4.234.956	3.673.396	86,7
Δ%	-7,3	-14,9	-14,8	

Referências

BRASIL. *Constituição Brasileira*. 5 de outubro de 1988.

_____. BRASIL. *Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96*. Brasília, 20 dez. 1996.

_____. *Conselho Nacional de Educação*. Parecer CEB nº 11/2000. Diretrizes Curriculares para a Educação Básica. Brasília: maio 2000.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Documento *Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA)*. Ministério da Educação. Brasília: Goiânia: FUNAPE/UFG, 2009.

_____. Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio – PNAD – 2009 disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pnad2009>.

_____. *Conselho Nacional de Educação*. Resolução nº 3 de junho de 2010. Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: junho de 2010.

_____. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). *Marco de Ação de Belém*. Brasília, 2010

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais Anísio Teixeira. Resultado do Censo da Educação Básica 2009. Brasília. 2010.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>

NERI, Marcelo. A nova Classe Média: O lado brilhante dos pobres. Disponível no site www3.fgv.br/ibrecps/ncm2010/NCM_Pesquisa_FORMATADA.pdf

Processo de elaboração do Informe

Que instituciones y actores interesados brindaron insumos para este informe?	Marque todo lo que es pertinente
<p>Ministerios</p> <p style="text-align: right;">Agricultura <input checked="" type="checkbox"/></p> <p style="text-align: right;">Defensa <input type="checkbox"/></p> <p style="text-align: right;">Educación <input checked="" type="checkbox"/></p> <p style="text-align: right;">Relaciones Exteriores <input type="checkbox"/></p> <p style="text-align: right;">Salud <input type="checkbox"/></p> <p style="text-align: right;">Interior <input type="checkbox"/></p> <p style="text-align: right;">Trabajo <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Otros (marque y especifique más abajo) Ministério da Justiça, Ministério do Desenvolvimento Agrário <input checked="" type="checkbox"/></p>	
<p>Otros</p> <p style="text-align: right;">Organizaciones de la sociedade civil <input checked="" type="checkbox"/></p> <p style="text-align: right;">Organizaciones no gubernamentales nacionales <input checked="" type="checkbox"/></p> <p style="text-align: right;">Organizaciones no gubernamentales Internacionais <input type="checkbox"/></p> <p style="text-align: right;">Instituciones educativas o de investigación - Universidades <input type="checkbox"/></p> <p style="text-align: right;">Empresas del sector privado <input type="checkbox"/></p> <p style="text-align: right;">Organismos de las Naciones Unidas <input type="checkbox"/></p> <p style="text-align: right;">Organizaciones bilaterales ou multilaterales que no forman parte de la ONU <input type="checkbox"/></p> <p style="text-align: right;">Otro (marque y especifique más abajo) Secretarias Estaduais de Educação, Movimentos Sociais, Fórum de Educação de Jovens e Adultos, Organização dos Estados Iberoamericanos (OEI) <input checked="" type="checkbox"/></p>	

Sírvase presentar brevemente toda información adicional sobre el proceso de elaboración de este informe, indicando: 1) qué tipo de autoridades públicas fueron consultadas o contribuyeron a su preparación; 2) cómo se consultó a los actores sociales interesados y cómo se tomaron en cuenta los resultados de esta consulta, y 3) los tipos de referencias utilizadas como base para elaborar el informe.

1. No Ministério da Educação foram consultados Diretores e Coordenadores das Secretarias de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), da Assessoria Internacional e dos órgãos vinculados como INEP e FNDE;

2. Nos outros Ministérios foram consultados Diretores e Coordenadores.

3. Na última Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA) realizada em dezembro de 2011, foi discutido o processo para o preenchimento do Informe Nacional e na reunião extraordinária realizada em fevereiro de 2012, a CNAEJA contribuiu no preenchimento deste Informe de uma forma coletiva e participativa. Também foi feita consulta aos coordenadores de Educação de Jovens e Adultos das Secretarias Estaduais de Educação, bem como, aos representantes de outras Instituições que desenvolvem ações no campo da alfabetização e Educação de Jovens e Adultos.

4. Informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Censo e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio - PNAD), Censo Educacional do INEP, Relatórios de Gestão do Ministério da Educação e outros Ministérios, Legislação do Conselho Nacional de Educação, Decretos e Resoluções do Governo Federal, Ministérios e órgãos, Relatórios de gestão de outras organizações.

1. Definiciones y recolección de datos sobre el aprendizaje y la educación de Adultos

	Sí	No
<p>1.1 ¿Tiene su país una definición oficial de educación de adultos? <i>Sí la respuesta es afirmativa, consígnela a continuación:</i></p> <p>A Educação de Jovens e Adultos é modalidade da educação básica e segundo a Lei nº 9394/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no seu Art. 37 - <i>será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.</i></p> <p>Diretrizes do Conselho Nacional de Educação definem regras gerais para a oferta dessa modalidade educativa, cuja normatização fica a cargo dos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, a duração dos cursos e a idade mínima de 15 anos para ingressar nas turmas do ensino fundamental e 18 anos completos para o Ensino Médio</p> <p style="text-align: right;">Fonte: Legislação Nacional</p>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p>1.1.1. ¿Se utilizan otras definiciones en la práctica? <i>Sí la respuesta es afirmativa, consígnela a continuación:</i></p> <p>O Governo do Brasil compreende a modalidade de educação de jovens e adultos como garantia do direito de aprender, de ampliar conhecimentos ao longo da vida e não apenas de escolarização.</p> <p>Educação popular - Compreende-se a educação popular, fundamentada no referencial teórico-metodológico freireano como uma concepção de educação, realizada por meio de processos contínuos e permanentes de formação, que possui a intencionalidade de transformar a realidade a partir do protagonismo dos sujeitos. Essa concepção se concretiza na realização de ações conjuntas com educadores populares, lideranças de movimentos, redes e organizações sociais populares, como também equipes responsáveis pela implantação e controle social das políticas públicas.</p> <p style="text-align: right;">Fonte: www.ipf.org.br</p>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p>1.2. ¿Ha aprobado o formulado su país una definición oficial de alfabetización? <i>Sí la respuesta es afirmativa, consígnela a continuación:</i></p> <p>No Brasil as pessoas são identificadas como alfabetizadas quando são capazes de ler e escrever um bilhete simples, critério utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), baseando-se na autodeclaração da população recenseada.</p> <p style="text-align: right;">Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).</p>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p>1.2.1. ¿Se utilizan otras definiciones en la práctica? <i>Sí la respuesta es afirmativa, consígnela a continuación:</i></p> <p>Para o governo brasileiro a alfabetização é o estágio inicial de um processo mais amplo de inserção na cultura escrita e no processo de escolarização de jovens e adultos.</p> <p>A matriz de referência do Programa Brasil Alfabetizado considera, dentre seus pressupostos teóricos, o domínio de competências e habilidades de escrita (caracterizado pela decifração, pela codificação e pela aquisição de fluência em leitura e seus usos sociais), tomados como ponto de partida para uma</p>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

<p>inclusão mais duradoura dos sujeitos em diversos espaços educativos. Fonte: Matriz de Referência do Programa Brasil Alfabetizado</p>	
<p>1.3. ¿Cómo se obtienen los datos sobre alfabetización en su país? <i>Seleccione una o más de las opciones siguientes:</i> Censo Nacional <input checked="" type="checkbox"/> Datos administrativos de la escuela (años de escolaridad concluidos- certificado de educación primaria) <input checked="" type="checkbox"/> Evaluación directa (por ej., el Programa de evaluación y seguimiento de la alfabetización LAMP, por sus siglas en inglés) <input type="checkbox"/> Encuestas de hogares <input checked="" type="checkbox"/> Otros métodos (<i>describalos a continuación</i>); Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF), Sistema Brasil Alfabetizado (SBA). <input checked="" type="checkbox"/></p>	
<p>1.4. ¿Ha cambiado su país los métodos de recolección de datos en materia de alfabetización desde el examen a medio plazo del DNUA en 2006? Si la respuesta es afirmativa, seleccione más abajo la opción(es) que mejor describen(n) el(los) cambio(s)</p>	<input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/>
<p>Nuevas definiciones de la alfabetización existente (para política)</p>	<input type="checkbox"/>
<p>Nuevas definiciones de la alfabetización existente (solo para la recolección de datos)</p>	<input type="checkbox"/>
<p>Nuevas evaluación de las competencias en alfabetización de jóvenes o adultos</p>	<input type="checkbox"/>
<p>Aumento en la periodicidad sin cambios conceptuales significativos</p>	<input type="checkbox"/>
<p>Otros cambios (<i>indique los detalles a continuación</i>)</p>	<input type="checkbox"/>
<p>1.5. ¿Ha enfrentado su país dificultades en la recolección de datos sobre alfabetización? <i>Si la respuesta es afirmativa, descríbalas brevemente a continuación:</i> As dimensões territoriais do Brasil e a ausência de registros de ações de alfabetização dificultam o mapeamento da totalidade das iniciativas de instituições privadas e da sociedade civil. Para vencer esses desafios o Ministério da Educação apoia a realização de diagnósticos nos estados e municípios para mapear as ações em alfabetização de adultos através da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos. Sobre Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e EJA vide texto no item 3.3.</p>	<input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
<p>1.6. Sírvase presentar toda información, explicación o comentario adicional que considere pertinente a fin de clarificar cualquier cuestión posible relativa a la información en esta sección. <u>Informações adicionais ao ítem 1.2.1</u> Conforme o Documento Nacional Preparatório a VI Confinteia, a perspectiva da alfabetização é de formar leitores e escritores autônomos, que dominem o código linguístico, mas que também sejam capazes de atribuir sentidos e recriar histórias; de compreender criticamente sua realidade intervindo para transformar a <i>práxis</i>, pela escrita, sem prejuízo de outras formas de expressão como imagens, o que vai além do que tem sido observado em muitas práticas de alfabetização na EJA. O mundo contemporâneo exige o leitor de diversos</p>	

códigos, do múltiplo, do diverso, perspicaz na interpretação e com capacidade de atribuir sentidos com toda a liberdade, para além da oralidade, campo em que sujeitos jovens e adultos têm domínio.

Fonte: Documento Nacional Preparatório a VI Confintea

Informações adicionais ao ítem 1.3

Censos Nacionais:

1. Censo Populacional - O Censo 2010 compreendeu um levantamento minucioso de todos os domicílios do país. Nos meses de coleta de dados e supervisão, 191 mil recenseadores visitaram 67,6 milhões de domicílios nos 5.565 municípios brasileiros.

2. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilio (PNAD) - Investiga anualmente, de forma permanente, características gerais da população relativas à educação, trabalho, rendimento e habitação e outras; ou com periodicidade variável, de acordo com as necessidades de levantamento de informações pontuais para o País, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, segurança alimentar, entre outros temas. O levantamento dessas estatísticas constitui, ao longo dos 42 anos de realização da pesquisa, um importante instrumento para formulação, validação e avaliação de políticas orientadas para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria das condições de vida no Brasil.

Outros métodos:

1) Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF) - Realizado desde 2001, o INAF Brasil é baseado em entrevistas e testes cognitivos aplicados em amostras nacionais de 2.000 pessoas representativas dos brasileiros e brasileiras entre 15 e 64 anos de idade, residentes em zonas urbanas e rurais de todas as regiões do país.

Os itens que compõem o teste de alfabetismo envolvem a leitura e interpretação de textos do cotidiano (bilhetes, notícias, instruções, textos narrativos, gráficos, tabelas, mapas, anúncios etc.). Além do teste, aplica-se um questionário que aborda as características sócio-demográficas e as práticas de leitura, de escrita e de cálculo que os sujeitos realizam em seu dia-a-dia. O Inaf define quatro níveis de alfabetismo: Analfabetismo, Alfabetismo nível rudimentar, Alfabetismo nível básico, Alfabetismo nível pleno.

Fonte: www.ipm.org.br

2) Sistema Brasil Alfabetizado (SBA) - Consolida as informações a respeito do processo de execução do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) a partir do registro de dados dos alfabetizandos, alfabetizadores, coordenadores e entidades parceiras, favorecendo o processo de gestão, monitoramento e avaliação das ações de alfabetização.

Fonte: www.mec.gov.br

3) Educacenso - Permite obter dados individualizados de cada estudante, professor, turma e escola do país, tanto das redes públicas (federal, estaduais e municipais) quanto da rede privada. O levantamento é realizado via internet. Os dados subsidiam as políticas públicas para o desenvolvimento da educação.

Fonte: www.mec.gov.br

2. Política: compromiso político con la educación y la alfabetización de adultos

2.1. ¿Cuenta su país con leyes, normas u otras medidas o iniciativas de política pública concentradas principalmente en el apoyo al aprendizaje a lo largo de toda la vida, la educación y la alfabetización de adultos? Sírvase dar el nombre y el año en que fueron promulgadas y, si es posible, agregue la documentación o pruebas pertinentes.			
	Sí	No	Año
	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<i>Si la respuestas es afirmativa dé el nombre del instrumento legal o de política, y las referencias (agregue tantas líneas como sean necesarias)</i>
Aprendizaje a lo largo de toda la vida	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Educación de adultos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<p>I – Legislação</p> <p>1. Geral</p> <p>1.1. <u>Constituição Federal</u> - Destinada a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional. (Anexo I)</p>
Alfabetización de adultos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<p>1.2. <u>Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional</u> - Define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição (Anexo II)</p>
			<p>2. Financiamento</p> <p>2.1. <u>Emenda Constitucional nº 53</u> - Cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).</p>
			<p>2.2. <u>Lei nº 11.494</u> - Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb. (Anexo III)</p>
			<p>2.3. <u>Decreto nº 6.253</u> - Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb. (Anexo IV)</p>
			<p>2.4. <u>Decreto Nº 6.278</u> - Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb. (Anexo V)</p>
			<p>2.5. <u>Lei nº11.947</u> - Dispõe sobre o</p>

		atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. (Anexo VI)	
		2.6. <u>Lei nº 10.880</u> , - Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado, altera o art. 4º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e dá outras providências.- (Anexo VII)	2004
		<p>II – Políticas, Normas e Medidas</p> <p>1. Educação Básica</p> <p>1.1. <u>Resolução CNE/CBE nº 04</u> – Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. (Anexo VIII)</p> <p>1.2. <u>Parecer CNE/CEB nº 07</u> - Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos. (Anexo IX)</p> <p>1.3. Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). (Anexo X)</p> <p>2. Educação de Jovens e Adultos</p> <p>2.1. <u>Parecer CNE/CEB nº 11</u> – Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA. (Anexo XI)</p> <p>2.2. <u>Resolução CNE/CEB nº 01</u> - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. (Anexo XII)</p> <p>2.3. <u>Parecer CNE/CEB nº 06</u> – Estabelece as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos. (Anexo XIII)</p> <p>2.4. <u>Resolução CNE/CEB nº 03</u> - Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância. (Anexo XIV)</p> <p>2.5. <u>Parecer CNE/CEB nº 04</u> – Estabelece Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação</p>	<p>2010</p> <p>2010</p> <p>2007</p> <p>2000</p> <p>2000</p> <p>2010</p> <p>2010</p> <p>2010</p>

de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. (Anexo XV)	
2.6. <u>Resolução CNE/CEB nº 02</u> - Institui Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. (Anexo XVI)	2010
3. Educação Profissional	
3.1. Plano Nacional de Qualificação (PNQ).	2003
3.2. <u>Parecer CNE/CEB nº 40</u> – Trata das normas para execução de avaliação, reconhecimento e certificação de estudos previsto no Art. nº 41 da LDB. (Anexo XVII)	2004
3.3. <u>Resolução CNE/CEB nº 01</u> - Atualiza Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e a Educação Profissional Técnica de nível médio. (Anexo XVIII)	2005
3.4. <u>Decreto nº 5154</u> - Regulamenta o § 2º do art. 36 e os art. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. (Anexo XIX)	2004
3.5. <u>Decreto nº 5.840</u> - Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA (Anexo XX)	2006
3.6. <u>Decreto nº 6.302</u> - Institui o Programa Brasil Profissionalizado. (Anexo XXI)	2007
3.7. <u>Lei Nº 12.513</u> - Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). (Anexo XXII)	2011
4. Educação do Campo	
4.1. <u>Resolução CNE/CEB nº 02</u> – Estabelece Diretrizes para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da educação básica do campo. (Anexo XXIII)	2008
4.2. <u>Resolução CNE/CEB nº 01</u> - Institui Diretrizes Operacionais para a educação básica nas escolas do campo. (Anexo XXIV)	2002
4.3. <u>Decreto Nº 7.352</u> , - dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera. (Anexo XXV)	2010

	5. Relações Étnico-Raciais	2003
	5.1. <u>Lei nº 10.639</u> – Estabelece obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana. (Anexo XXVI).	
	5.2. <u>Resolução CNE/CEB nº 01</u> , - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. (Anexo XXVII)	2004
	6. Educação em Prisões	1984
	6.1. <u>Lei Nº 7.210</u> - Institui a Lei de Execuções Penais. (Anexo XXVIII)	
	6.2. <u>Resolução nº 03</u> , do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP)/Ministério da Justiça - Diretrizes para Arquitetura Prisional. (Anexo XXIX)	2011
	6.3. <u>Decreto nº 7.626</u> , de 24 de novembro de 2011 - Institui o Plano Estratégico de Educação no Sistema Prisional. (Anexo XXX)	2011
	7. Educação Indígena	
	7.1. <u>Lei nº 11.645</u> – Torna obrigatório o ensino da História e Cultura Indígena. (Anexo XXXI)	2008
	7.2. <u>Decreto nº 6.861</u> – Dispõe sobre a implantação dos Territórios Etnoeducacionais. (Anexo XXXII)	2009
	8. Educação Inclusiva	2004
	8.1. <u>Decreto nº 5.296</u> – Regulamenta as leis de promoção da acessibilidade. (Anexo XXXIII)	
	8.2. <u>Decreto nº 5.626</u> – Regulamenta a lei nº10.436/2002 (Lei de Língua brasileira de sinais). (Anexo XXXIV)	2005
	8.3. <u>Decreto Legislativo nº 186</u> - Ratifica a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência/ONU-2006. (Anexo XXXV)	2008
	8.4. <u>Decreto Executivo nº 6.949</u> - Ratifica a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência/ONU-2006. (Anexo XXXVI)	2009
	8.5. <u>Decreto nº 7.611</u> – Dispõe sobre	2011

Educação Especial, o atendimento educacional especializado. (Anexo XXXVII)	
8.6. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/MEC (Anexo XXXVIII)	2008
8.7. <u>Resolução CNE/CEB nº 04</u> – Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. (Anexo XXXIX)	2009
9. Juventude	1990
9.1. <u>Lei nº 8.069</u> – Estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente. (Anexo XL)	
9.2. <u>Lei nº 11.129</u> – Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). (Anexo XLI)	2005
9.3. <u>Parecer CNE/CEB nº 18</u> - Apreciação do Projeto Pedagógico Integrado de funcionamento do Projovem Urbano. (Anexo XLII)	2008
9.4. <u>Lei nº. 11.692</u> - Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem. (Anexo XLIII)	2008
9.5. <u>Decretos nº. 6.629</u> - Regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem. (Anexo XLIV)	2008
9.6. <u>Decreto nº. 7.649</u> - Altera o Decreto nº 6.629/ 2008, e dá outras providências. (Anexo XLV)	2011
10. Direitos Humanos	2003
10.1. <u>Lei nº 10.741</u> – Institui o Estatuto do Idoso. (Anexo XLVI)	
10.2. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. (Anexo XLVII)	2008
10.3. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (Anexo XLVIII)	2008
10.4. Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros. (Anexo XLIX)	2009
10.5. <u>Decreto nº 7.073</u> – Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH3). (Anexo L)	2009

		11. Educação Ambiental e Sustentabilidade	1981
		11.1. <u>Lei nº 6.938</u> – Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente (Anexo LI)	
		11.2. Plano Nacional de Educação Ambiental (Pronea). (Anexo LII)	2005
		12. Alfabetização de Jovens e Adultos	2004
		12.1. <u>Lei nº 10.880</u> , - Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado, altera o art. 4º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e dá outras providências.- (Anexo VII)	
		12.2. <u>Decreto nº 6.093</u> – Revoga o Decreto nº 4.834/2003 e dispõe sobre a reorganização do Programa Brasil Alfabetizado, visando à universalização da alfabetização de jovens e adultos de quinze anos ou mais, e dá outras providências. (Anexo LIII)	2007
		13. Certificação	1998
		13.1. <u>Portaria MEC Nº 438</u> - Institui o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) (Anexo LIV)	
		13.2. <u>Portaria Nº 2.270</u> , - Institui o Exame Nacional de Certificação de Competência de Educação de Jovens e Adultos (Encceja). (Anexo LV)	2002
		13.3. <u>Portaria Interministerial nº 1.082</u> - dispõe sobre a criação da Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada - Rede CERTIFIC. (Anexo LVI)	2009

2.2.?A qué grupos de educandos se dirigen las políticas nacionales vigentes en materia de educación o alfabetización de adultos? Los ejemplos pueden incluir mujeres, jóvenes, poblaciones indígenas, grupos étnicos o lingüísticos minoritarios, migrantes, personas discapacitadas, poblaciones de las áreas rurales, reclusos u otros (sírvese especificar). ¿Cuáles son los grupos de edad destinatarios? ¿Cuál es el tamaño del grupo destinatario?

	<i>Grupos destinatarios específicos, incluyendo el rango de edad (agregue tantas líneas como</i>	<i>Número total de personas en el grupo</i>

	<i>sean necesarias)</i>	
Educación de adultos	<ul style="list-style-type: none"> - Mulheres - Populações urbanas e rurais - População Privada de Liberdade nos estabelecimentos penais. - Jovens 	<p><u>MULHERES</u></p> <p>Recorte etário</p> <p>2009</p> <p><u>ENSINO FUNDAMENTAL</u></p> <p>Menos de 15 anos: 41.298 – 2,65%</p> <p>Entre 15 e 18 anos: 262.677 – 16,83%</p> <p>Entre 15 e 24 anos: 508.882 – 32,60%</p> <p>Entre 25 e 24 anos: 605.817 – 38,81%</p> <p>Mais de 40 anos: 405.089 – 25,95%</p> <p>Total: 1.561.086</p> <p><u>ENSINO MÉDIO</u></p> <p>Menos de 15 anos: 1.155 - 0,145</p> <p>Entre 15 e 18 anos: 71.201 – 8,715</p> <p>Entre 15 e 24 anos: 357.255 – 43,72%</p> <p>Entre 25 e 24 anos: 342.442 – 41,91%</p> <p>Mais de 40 anos: 116.320 – 14,23%</p> <p>Total: 817.172</p> <p>TOTAL GERAL: 1.677.046</p> <p>2010</p> <p><u>ENSINO FUNDAMENTAL</u></p> <p>Menos de 15 anos: 15.355 – 1,08%</p> <p>Entre 15 e 18 anos: 41.249 – 2,89%</p> <p>Entre 15 e 24 anos: 493.002 – 34,59%</p> <p>Entre 25 e 24 anos: 533.942 – 37,46%</p> <p>Mais de 40 anos: 383.036 – 26,87%</p> <p>Total: 1.425.335</p> <p><u>ENSINO MÉDIO</u></p> <p>Menos de 15 anos: 593 - 0,08%</p> <p>Entre 15 e 18 anos 47.328 – 6,39%</p> <p>Entre 15 e 24 anos: 319.982 – 43,22%</p> <p>Entre 25 e 24 anos: 311.562 – 42,09%</p> <p>Mais de 40 anos: 108.155 – 14,61%</p> <p>Total: 740.292</p> <p>TOTAL GERAL: 2.165.627</p> <p>2011</p> <p><u>ENSINO FUNDAMENTAL</u></p> <p>Menos de 15 anos: 12.234 – 1,17%</p> <p>Entre 15 e 18 anos: 267.909 – 25,63%</p> <p>Entre 15 e 24 anos: 407.495 – 38,99%</p> <p>Entre 25 e 24 anos: 466.235 – 44,61%</p> <p>Mais de 40 anos: 364.150 – 34,84%</p> <p>Total: 1.045.020</p> <p><u>ENSINO MÉDIO</u></p> <p>Menos de 15 anos: 26 – 0,00%</p> <p>Entre 15 e 18 anos 38.225 – 5,65%</p> <p>Entre 15 e 24 anos: 360.914 – 38,54%</p>

Entre 25 e 24 anos: 300.091 – 44,33%
 Mais de 40 anos: 105.205 – 15,54%
 Total: 677.011

TOTAL GERAL: 1.722.031

GÊNERO – URBANO/RURAL

2009					
Local	Local	Fundamental	%	Ensino Médio	%
Urbano	Feminino	1.323.956	42,31	804.593	51,98
	Masculino	1.299.376	41,52	718.155	46,40
Rural	Feminino	237.130	5,57	12.579	0,81
	Masculino	268.446	8,57	12.394	0,80
TOTAL		3.128.908	100	1.547.711	100

2010					
Local	Gênero	Fundamental	%	Ensino Médio	%
Urbano	Feminino	1.201.461	41,67	728.812	52,46
	Masculino	1.207.143	41,86	637.884	45,91
Rural	Feminino	223.874	7,76	11.480	0,82
	Masculino	250.731	8,69	11.041	0,79
TOTAL		2.883.209	100	1.389.217	100

2011					
Local	Local	Fundamental	%	Ensino Médio	%
Urbano	Feminino	1.098.930	40,80	702.001	53,07
	Masculino	1.134.260	42,12	595.221	45,00
Rural	Feminino	214.184	7,95	13.265	1,00
	Masculino	245.439	9,11	12.105	0,91
TOTAL		2.692.813	100	1.322.592	100

EDUCAÇÃO INDÍGENA – MATRÍCULAS DE EJA

Modalidade de Ensino	2009	2010
EJA Ensino Fundamental	14.910	14.446
EJA Ensino Médio	1.178	900
TOTAL	16.088	15.346

EJA INTEGRADA COM QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

MULHERES

Recorte etário

2009

ENSINO FUNDAMENTAL

Menos de 15 anos: 86 (3,69%)
Entre 15 e 18 anos: 402 (17,24%)
Entre 15 e 24 anos: 1.085 (46,55%)
Entre 25 e 24 anos: 888 (38,10%)
Mais de 40 anos: 272 (11,67%)
Total: 2.331

ENSINO MÉDIO

Menos de 15 anos: 8 (0,08%)
Entre 15 e 18 anos: 602 (5,85%)
Entre 15 e 24 anos: 4.230 (41,06%)
Entre 25 e 24 anos: 4.769 (46,29%)
Mais de 40 anos: 1.295 (12,57%)
Total: 10.302

TOTAL GERAL: 12.633

2010

ENSINO FUNDAMENTAL

Menos de 15 anos: 157 (1,95%)
Entre 15 e 18 anos: 690 (8,55%)
Entre 15 e 24 anos: 2.960 (36,69%)
Entre 25 e 24 anos: 3.907 (48,43%)
Mais de 40 anos: 1.043 (12,93%)
Total: 8.067

ENSINO MÉDIO

Menos de 15 anos: 19 (0,09%)
Entre 15 e 18 anos: 538 (2,47%)
Entre 15 e 24 anos: 7.390 (33,99%)
Entre 25 e 24 anos: 10.831 (49,82%)
Mais de 40 anos: 3.501 (16,10%)
Total: 21.741

TOTAL GERAL: 22.784

2011

ENSINO FUNDAMENTAL

Menos de 15 anos: 56 (0,42%)
Entre 15 e 18 anos: 1.123 (8,39%)
Entre 15 e 24 anos: 4.553 (34,04%)
Entre 25 e 24 anos: 6.812 (50,92%)
Mais de 40 anos: 1.956 (14,62%)
Total: 13.377

ENSINO MÉDIO

Menos de 15 anos: 3 (0,01%)

Entre 15 e 18 anos: 553 (2,18%)
 Entre 15 e 24 anos: 7.831 (30,90%)
 Entre 25 e 24 anos: 13.085 (51,63%)
 Mais de 40 anos: 4.427 (17,47%)
 Total: 25.346

TOTAL GERAL: 38.723

GÊNERO – URBANO/RURAL

2009			
Local	Gênero	Fundamental	Ensino Médio
Urbano	Feminino	2.005	9.272
	Masculino	2.368	8.137
Rural	Feminino	326	1.030
	Masculino	352	1.126

2010			
Local	Local	Fundamental	Ensino Médio
Urbano	Feminino	6.506	19.917
	Masculino	5.585	14.712
Rural	Feminino	1.561	1.824
	Masculino	1.345	1.711

2011			
Local	Local	Fundamental	Ensino Médio
Urbano	Feminino	7.061	23.470
	Masculino	6.559	15.115
Rural	Feminino	6.316	1.876
	Masculino	5.211	1.515

Fonte: Educacenso/INEP/MEC

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E GERAÇÃO DE RENDA

Programa Mulheres Mil

2010 - 10 mil mulheres

Fonte: SETEC/MEC

Alfabetização
de
Adultos

POPULAÇÃO PRIVADA DE LIBERDADE NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS

2010

Nível	Masculino		Feminino	
	Quant.	%	Quant.	%
Alfabetização	9.071	24,7	512	16
Fundamental	20.203	54,9	1.825	56,8
Médio	5.816	15,8	652	20,3
Superior	237	0,6	28	0,9
Técnico	1.476	4	1.941	6
TOTAL	36.803	100	4.958	100
TOTAL GERAL	41.761			

2011

Nível	Masculino		Feminino	
	Quant.	%	Quant.	%
Alfabetização	8.820	22,75	1.118	24,53
Fundamental	22.620	53,84	2.525	55,40
Médio	6.192	15,97	738	16,19
Superior	112	0,29	15	0,33
Técnico	1.028	2,65	162	3,55
TOTAL	38.772	100	4.558	100
TOTAL GERAL	43.330			

Fonte: Infopen/MJ/2010

Segmentos sociais específicos atendidos pelo Programa Brasil Alfabetizado

Agricultores Assalariados	62696
Agricultores Familiares	732174
Assentados	39114
Caiçaras	565
Catadores de materiais recicláveis	4186
Ciganos	1
Extrativistas	2291
Indígenas	13541
Jovens de 15 a 29 anos não alfabetizados	104608
Jovens em cumprimento de medidas socioeducacionais	5759
Membro de família beneficiária do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI	14098
Membros de família beneficiária do Programa Bolsa Família	238877
Pescadores Artesanais	19865
Pessoas atingidas pela hanseníase	979
Pessoas em situação de rua	3
Pessoas Resgatadas do Trabalho	1345

		Análogo ao de Escravo													
		Pessoas Transgêneros (travestis e transexuais)	338												
		População Carcerária	8610												
		Profissionais do Sexo	459												
		Quilombolas	12129												
		Ribeirinhos	25183												
		Trabalhadores da Indústria	4454												
		Trabalhadores da Pesca	20698												
		Trabalhadores Rurais Temporários	192647												
		Fonte: SBA/SECADI/MEC													
		2009													
		<table border="1"> <thead> <tr> <th>Sexo</th> <th>Quantidade de Alfabetizandos</th> <th>Percentual %</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Feminino</td> <td>1.013.809</td> <td>55,95</td> </tr> <tr> <td>Masculino</td> <td>798.056</td> <td>44,05</td> </tr> <tr> <td>TOTAL</td> <td>1.811.865</td> <td>100</td> </tr> </tbody> </table>	Sexo	Quantidade de Alfabetizandos	Percentual %	Feminino	1.013.809	55,95	Masculino	798.056	44,05	TOTAL	1.811.865	100	
Sexo	Quantidade de Alfabetizandos	Percentual %													
Feminino	1.013.809	55,95													
Masculino	798.056	44,05													
TOTAL	1.811.865	100													
		2010													
		<table border="1"> <thead> <tr> <th>Sexo</th> <th>Quantidade de Alfabetizandos</th> <th>Percentual %</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Feminino</td> <td>817.737</td> <td>55,44%</td> </tr> <tr> <td>Masculino</td> <td>657.304</td> <td>44,56</td> </tr> <tr> <td>TOTAL</td> <td>1.475.041</td> <td>100</td> </tr> </tbody> </table>	Sexo	Quantidade de Alfabetizandos	Percentual %	Feminino	817.737	55,44%	Masculino	657.304	44,56	TOTAL	1.475.041	100	
Sexo	Quantidade de Alfabetizandos	Percentual %													
Feminino	817.737	55,44%													
Masculino	657.304	44,56													
TOTAL	1.475.041	100													
		2011													
		<table border="1"> <thead> <tr> <th>Sexo</th> <th>Quantidade de Alfabetizandos</th> <th>Percentual %</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Feminino</td> <td>172.750</td> <td>55,20</td> </tr> <tr> <td>Masculino</td> <td>140.214</td> <td>44,80</td> </tr> <tr> <td>TOTAL</td> <td>312.964</td> <td>100</td> </tr> </tbody> </table>	Sexo	Quantidade de Alfabetizandos	Percentual %	Feminino	172.750	55,20	Masculino	140.214	44,80	TOTAL	312.964	100	
Sexo	Quantidade de Alfabetizandos	Percentual %													
Feminino	172.750	55,20													
Masculino	140.214	44,80													
TOTAL	312.964	100													
		Fonte: SBA/SECADI/MEC, em 02/2012													

2.3. En las medidas adoptadas para implementar la(s) política (s) nacional(es) de educación o de alfabetización de adultos. ¿Se han definido objetivos y fechas límite para alcanzarlos? Si la respuesta es afirmativa, especifique los objetivos y, si es pertinente, el plazo correspondiente.

	Sí	No	Especifique el objetivo	Especifique el plazo
Educación de adultos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Elevar a escolaridade média da população de dezoito a vinte e quatro anos de modo a alcançar mínimo de doze anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos vinte e cinco por cento mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional.	2020

Alfabetización de Adultos	(Meta PNE)	Reduzir em cinquenta por cento a taxa de analfabetismo funcional	2020
	(Meta PNE)	Oferecer, no mínimo, vinte e cinco por cento das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional no anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.	2020
	(Meta PNE)	Redução de 50% do analfabetismo registrado em 2000.	2015
	(Meta de Dakar)	Elevar a taxa de alfabetização da população com quinze anos ou mais para noventa e três vírgula cinco por cento.	2015
	(Meta PNE)	Erradicar o analfabetismo absoluto.	2020

2.4. ¿Dispone su país de una política sobre la lengua de enseñanza en materia de educación de adultos?	Sí <input checked="" type="checkbox"/>	No <input type="checkbox"/>
<i>Si la respuesta es afirmativa, explíquela brevemente, brinde referencias e indique cuándo se estableció:</i>		
<p>Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) – É uma língua visual-espacial articulada através das mãos, das expressões faciais e do corpo. É uma língua natural usada pela comunidade surda brasileira. A Lei nº 10.436/2002 reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia.</p> <p>O MEC orienta e monitora a inserção progressiva da disciplina de LIBRAS nos cursos de formação de professores e de fonoaudiólogos, das instituições públicas e privadas de educação superior. Também foram criados os cursos de Letras/LIBRAS, visando a formação inicial de professores e tradutores/intérpretes da LIBRAS; o curso de Pedagogia com ênfase na educação bilíngue; o Exame Nacional para Certificação de Proficiência no Uso e no Ensino da Libras e para Certificação de Proficiência na Tradução e Interpretação da Libras/Português/Libras – PROLIBRAS.</p> <p style="text-align: right;">Fonte: SECADI/MEC</p>		
<p><u>LIBRAS no Programa Brasil Alfabetizado</u> - O tradutor e intérprete tem competência para realizar interpretação das duas línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação de Libras e da Língua Portuguesa. Suas atribuições no âmbito do PBA, no exercício de suas competências são as de efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa; interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares.</p> <p style="text-align: right;">Fonte: Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. (Anexo LVIII)</p>		
2.5. ¿Existe en su país un marco de política para el reconocimiento, la validación y la acreditación del aprendizaje no formal e informal?	Sí <input checked="" type="checkbox"/>	No <input type="checkbox"/>

Si la respuesta es afirmativa, explíquela brevemente, brinde referencias e indique cuándo se estableció:

1. Exames supletivos – A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) prevê em seu art. 38 a realização de exames supletivos pelos sistemas de ensino. Prevê, ainda, que “os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames”

2. A Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada (Rede CERTIFIC) surgiu em 2008, a partir de uma ação conjunta dos Ministérios da Educação e do Trabalho e Emprego, na prerrogativa de atender ao que estabelece o Art. 41 da Lei Nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) o qual menciona que “O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos” e a Lei nº 11.892, de 28 de dezembro de 2008, que determina que no âmbito de sua atuação os Institutos Federais “exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais” (art.2º § 2º).

A Rede CERTIFIC propõe-se a organizar e orientar a oferta gratuita de programas de certificação profissional e cursos de formação inicial e continuada nos diversos níveis da Educação Profissional e Tecnológica. Essa proposta foi formulada devido a necessidade de uma política pública efetiva que alie o reconhecimento de saberes adquiridos previamente a ações para a elevação de escolaridade.

Fonte: SETEC/MEC

2.6 ¿Se ha formulado o actualizado planes nacionales de acción desde la CONFINTEA VI (diciembre de 2009) en los niveles nacional o subnacional?	Sí	No
<p style="text-align: center;">Educación de adultos</p> <p><i>Si la respuesta es afirmativa, explíquelo brevemente y brinde referencias:</i></p> <p><u>Plano Nacional de Educação – vigência 2011-2020⁴</u> - apresenta dez diretrizes e vinte metas, seguidas das estratégias específicas de concretização. O texto prevê formas de a sociedade monitorar e cobrar cada uma das conquistas previstas. As metas seguem o modelo de visão sistêmica da educação estabelecido em 2007 com a criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Tanto as metas quanto as estratégias abrangem ações para todos os níveis, modalidades e etapas educacionais. Além disso, há estratégias específicas para a inclusão de minorias, como pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas, populações do campo e pessoas privadas de liberdade. O objetivo é articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas.</p> <p>A universalização e ampliação do acesso e atendimento em todos os níveis educacionais são metas mencionadas ao longo do projeto, bem como o incentivo à formação inicial e continuada de professores e profissionais da educação em geral, avaliação e acompanhamento periódico e individualizado de todos os envolvidos na educação - estudantes, professores, profissionais, gestores e demais profissionais -, estímulo e expansão do estágio. O projeto estabelece ainda estratégias para alcançar a universalização do ensino de quatro a 17 anos, prevista na Emenda Constitucional nº 59 de 2009.</p> <p>A expansão da oferta de matrículas gratuitas em entidades particulares de ensino e do financiamento estudantil também está contemplada, bem como o investimento na expansão e na reestruturação das redes físicas e em</p>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

⁴ O Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação 2011-2020 está em tramitação no Congresso Nacional Brasileiro.

<p>equipamentos educacionais - transporte, livros, laboratórios de informática, redes de internet de alta velocidade e novas tecnologias. O projeto confere força de lei às aferições do índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) — criado em 2007, no âmbito do PDE — para escolas, municípios, estados e país.</p> <p>O novo plano dá relevo à elaboração de currículos básicos e avançados em todos os níveis e modalidades de ensino e à diversificação de conteúdos curriculares. Prevê a correção de fluxo e a defasagem idade-série. São estabelecidas metas claras para o aumento da taxa de alfabetização e da escolaridade média da população.</p> <p>Entre outras propostas mencionadas no texto estão a busca ativa de pessoas em idade escolar que não estejam matriculadas em instituição de ensino e monitoramento do acesso e da permanência na escola de beneficiários de programas de transferência de renda e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) destinado a pessoas com deficiência. O documento determina a ampliação progressiva do investimento público em educação até atingir o mínimo de 7% do produto interno bruto (PIB) do país, com revisão desse percentual em 2015.</p> <p>Após a aprovação do PNE os entes federados elaboram seus planos de educação.</p> <p style="text-align: right;">Fonte: www.mec.gov.br</p> <p><u>Atualização do Plano de Ações Articuladas (PAR)</u> – é o planejamento multidimensional da política de educação que os municípios, os estados e o DF devem fazer para um período de quatro anos. O PAR é coordenado pela secretaria municipal/estadual/distrital da Educação e deve ser elaborado com a participação de gestores, de professores e da comunidade local.</p> <p style="text-align: right;">Fonte: www.fnde.gov.br</p>	
<p style="text-align: center;">Alfabetización de adultos</p> <p><i>Si la respuesta es afirmativa, explíquelo brevemente y brinde referencias:</i></p> <p>Os planos mencionados acima contemplam as ações de alfabetização</p>	<input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>

2.7. ¿Se han incluido la educación y la alfabetización de adultos en otros planes o estrategias nacionales?			
Educación de adultos:	<i>Marque todo lo que es pertinente</i>	<i>Plazo</i>	Referencias
Plan Nacional de Desarrollo	■	2014	- Plano Nacional de Aceleração do Crescimento (PAC)
Documento de estrategia de Lucha contra la pobreza	■	2014	Programa Brasil sem Miséria
Estrategia de educación	■	2014	- Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem)
Estrategia de desarrollo de competencias (incluyendo educación y formación Técnica y profesional)	■	2014	- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)

			- Plano Nacional de Qualificação (PNQ) - Programa Mulheres Mil
Educación para todos (EPT) mediante la Iniciativa Via Rápida (IVR) en el Plan Sectorial de educación	<input type="checkbox"/>		
Estrategia de desarrollo sostenible	<input checked="" type="checkbox"/>	2014	- Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS)
Otros (<i>especifique a continuación</i>)	<input type="checkbox"/>		
Alfabetización de adultos:	<i>Marque todo lo que es pertinente</i>	<i>Plazo</i>	<i>Referencias</i>
Plan Nacional de Desarrollo	<input checked="" type="checkbox"/>	2014	- Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)
Documento de estrategia de Lucha Contra la Pobreza	<input checked="" type="checkbox"/>	2014	Programa Brasil sem Miséria
Estrategia de educación	<input checked="" type="checkbox"/>	2014	Programa Brasil Alfabetizado (PBA)
Estrategia de desarrollo de competencias (incluyendo educación y formación Técnica y profesional)	<input checked="" type="checkbox"/>	2014	- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) - Plano Nacional de Qualificação (PNQ) - Programa Mulheres Mil
Educación para todos (EPT) mediante la Iniciativa Via Rápida (IVR) en el Plan Sectorial de educación	<input type="checkbox"/>		
Estrategia de desarrollo sostenible	<input checked="" type="checkbox"/>	2014	- Brasil sem miséria - Plano de Desenvolvimento rural sustentável (PDRS)
Otros (<i>especifique a continuación</i>)	<input type="checkbox"/>		

2.8. ¿Participaron los educando o alfabetizandos adultos en los debates sobre la política o los planes?

	Sí	No	<i>Especifique la política o el plan (Agregue tantas líneas como sean necesarias)</i>	<i>Referencias</i>
Educación de adultos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Elaboração do Plano Nacional de Educação	Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010)
Alfabetización de Adultos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Política de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos	- Comissões estaduais da Agenda Territorial

			<ul style="list-style-type: none"> - Fóruns Estaduais e Regionais de EJA - Encontros Regionais (EREJAs) e Nacionais de Educação de Jovens e Adultos (ENEJAs), - Encontros Nacionais do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA)
--	--	--	---

Sí la respuestas es afirmativa, describa cómo participaron

1. Participação na Conferência Nacional de Educação - O processo de construção da Conferência Nacional de Educação (CONAE) se fez por meio da realização das conferências municipais e intermunicipais, que afluíram para as conferências estaduais/distrital e posteriormente para a etapa nacional.

A conferência Nacional contou com a participação da sociedade civil, agentes públicos, entidades de classe, estudantes, profissionais da educação e pais e mães de estudantes. Ao todo foram credenciados 3.889 participantes.

Fonte: Documento Final da CONAE

2. Participação nas Comissões Estaduais de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos

– É papel das Comissões estaduais/ Distrital da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e EJA a elaboração do Plano Estratégico de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos; acompanhamento e implementação das ações previstas nos Planos; Estratégicos; subsídio à elaboração e acompanhamento da Agenda Territorial por meio de levantamento de dados primários e secundários; mobilização, seleção e formação dos alfabetizadores; avaliação cognitiva dos alfabetizandos; fortalecimento da educação de jovens e adultos; criação de mecanismos para garantia de direitos; de escolarização; de alfabetização; de continuidade dos estudos; de educação para privados de liberdade; de educação profissional; garantia de outros espaços de aprendizagem; garantia de qualidade; formação inicial e continuada de professores e formação continuada de gestores.

Cada Comissão é composta pela Secretaria de Estado da Educação, representantes dos secretários municipais da educação (UNDIME) Conselho Estadual de Educação (CEE), representante do Fórum Estadual de EJA, representante da sociedade civil organizada e representante das Universidades Públicas, além de outros segmentos. A Comissão Estadual/Distrital pode ser composta, também, pela representação dos educandos.

3. Participação nos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos - É espaço de interlocução e mobilização que congrega os atores da EJA, organizados em segmentos – universidades; movimentos sociais; sindicatos; ONGs e Fundações; sistema S; Administração Pública; Educadores; e Educandos.

Além dos encontros periódicos locais e regionais esses atores se reúnem em encontros nacionais de Educação de Jovens e Adultos (ENEJAs) desde 1999. Os ENEJAs objetivam propor ações que contribuam na construção de políticas públicas que efetivem o direito á educação. Na programação desses encontros estão previstas atividades nas quais os educandos têm oportunidade de participar ativamente do debate sobre a política de EJA. De 1999 a 2011 foram realizados 12 ENEJAs.

Representantes dos Fóruns de EJA do Brasil têm assento na Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA).

4. Participação nos Movimentos de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA) - Promovem uma ação alfabetizadora popular que extrapola a visão da alfabetização apenas como decodificação da escrita, pautando-a nos princípios da formação cidadã, envolvendo toda a

sociedade civil em parcerias com os poderes públicos para a garantia da alfabetização enquanto ação política e cultural
 O MOVA realiza Encontros anuais desde 2001 e os alunos participam na condição de delegado.

Fonte: <<http://forumeja.org.br/docfinal8movabrasil>>

2.9. Sírvase ofrecer toda información, explicación o comentario adicional que considere pertinente a fin de clarificar cualquier cuestión relativa a la información en esta sección.

Informações adicionais a item 2.4 - A população indígena, no Brasil, congrega 227 povos, que falam cerca de 180 línguas. O parágrafo 2º do Artigo 210 da Constituição Federal estabelece e o ensino fundamental será ministrado em língua portuguesa, assegurado às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

O Decreto Nº 6.861/2009, que dispõe sobre a educação escolar indígena e define sua organização em territórios etnoeducacionais, em seu artigo 3º estabelece que “*será reconhecida às escolas indígenas a condição de escola com normas próprias e diretrizes escolares específicas, voltadas ao ensino intercultural e bilíngue ou multilíngue, gozando de prerrogativas especiais para organização das atividades escolares, respeitado o fluxo das atividades econômicas, sociais, culturais e religiosas e as especificidades de cada comunidade, independentemente do ano civil*”

Fonte: Legislação Nacional

3. Governanza: governanza y cooperación en ecuación y alfabetización de Adultos

3.1 Consigne los nombres de las organizaciones, instituciones o agencias que participan en la planificación, ejecución de las políticas de ecuación y alfabetización de adultos. Por favor, marque el o los niveles en que opera (nacional o subnacional).

Gubernamental:

<i>Institución (agregue tantas líneas como sean necesarias)</i>	<i>Alcance geográfico (marque todo lo que es pertinente)</i>		<i>Participa en la ejecución de los programas o cursos (marque todo lo que es pertinente)</i>	
	Nacional	Subnacional	En educación de Adultos	En alfabetización de adultos
<i>Ministério da Educação</i>	■	<input type="checkbox"/>	■	■
<i>Conselho Nacional de Educação</i>	■	<input type="checkbox"/>	■	■
<i>Coordenação de</i>	■	<input type="checkbox"/>	■	■

<i>Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)</i>				
<i>Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)</i>	■	□	■	■
<i>Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)</i>	■	□	■	■
<i>Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA)</i>	■	□	■	■
<i>Secretarias de Educação</i>	□	■	■	■
<i>Conselhos Estaduais de Educação</i>	□	■	■	■
<i>Conselhos Municipais de Educação</i>	□	■	■	■
<i>Comissões Estaduais da Agenda Territorial</i>	□	■	■	■
<i>Instituições de Ensino Superior</i>	■	■	■	■
<i>Ministério da Justiça</i>	■	□	■	■
<i>Ministério do Trabalho e Emprego</i>	■	□	■	■
<i>Ministério de Desenvolvimento Agrário</i>	■	□	■	■
<i>Ministério do Desenvolvimento Social</i>	■	□	■	■
<i>Ministério da Cultura</i>	■	□	■	■
<i>Ministério da Pesca e da Aquicultura</i>	■	□	■	■
<i>Ministério da Saúde</i>	■	□	■	■
<i>Secretaria de Políticas para as Mulheres</i>	■	□	■	■
<i>Secretaria</i>	■	□	■	■

<i>Nacional de Direitos Humanos</i>				
<i>Secretaria Nacional de Juventude</i>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

No Gubernamental:				
<i>Institución (agregue tantas líneas como sean necesarias)</i>	<i>Alcance geográfico (marque todo lo que es pertinente)</i>		<i>Participa en la ejecución de los programas o cursos (marque todo lo que es pertinente)</i>	
	Nacional	Subnacional	En educación de Adultos	En alfabetización de adultos
<i>Fórum de EJA do Brasil</i>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<i>Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA)</i>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<i>Fórum de Economia Solidária</i>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<i>Sistema S</i>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<i>Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)</i>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<i>Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)</i>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<i>Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG)</i>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<i>União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES)</i>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<i>Movimentos Todos pela Educação</i>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<i>Campanha Nacional pela Defesa da Educação</i>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

3.2 ¿Existe una entidad a nivel nacional responsable de asegurar la coordinación de la educación y/o de la alfabetización de adultos?	Sí	No
Educación de adultos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

<p><i>Sí la respuesta es afirmativa, indique el nombre y las señas del interlocutor</i></p> <p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI): Cláudia Pereira Dutra Diretoria de Política de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos: Mauro José da Silva Coordenação-Geral de Educação de Jovens e Adultos: Carmen Isabel Gatto</p> <p>Obs. As ações de alfabetização e EJA realizadas pelas instituições não governamentais, elencadas acima, não são coordenadas pelo Ministério da Educação, e são de responsabilidade das próprias instituições não governamentais.</p>	
<p style="text-align: right;">Alfabetización de adultos</p> <p><i>Sí la respuesta es afirmativa, indique el nombre y las señas del interlocutor</i></p> <p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI): Cláudia Pereira Dutra Diretoria de Política de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos: Mauro José da Silva Coordenação-Geral de Alfabetização: Simone Melo de Oliveira</p>	<input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
<p>3.3 ¿Dirige el gobierno acciones específicas destinadas a facilitar la cooperación entre los diferentes actores sociales interesados en</p>	<p>Sí No</p>
<p style="text-align: right;">... la Educación de adultos?</p>	<input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>

Si la respuesta es afirmativa, indique qué actividades se emprende o qué marcos de referencia existen y aporte referencias:

Existe no Ministério da Educação a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA) e nos Estados/Distrito Federal as Comissões Estaduais/Distrital da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos que promovem a cooperação dos diferentes setores da sociedade que atuam na educação de jovens e adultos.

CNAEJA - Colegiado consultivo criado pelo Decreto nº 5.475, de 22 de junho de 2005. A Comissão tem o objetivo de assessorar o Ministério da Educação na formulação e implementação das políticas nacionais e na execução das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos. Composta por personalidades reconhecidas nacionalmente e por pessoas indicadas por instituições e entidades representativas da área educacional, de âmbito nacional, até o limite de dezesseis membros titulares e respectivos suplentes, designados pelo Ministro de Estado da Educação.

A Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos é presidida pelo Ministro de Estado da Educação e, na sua ausência ou impedimento, pelo Secretário de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação.

Atualmente a CNAEJA é composta por Universidades públicas, Movimentos de Alfabetização e Leitura, Gestores municipais e estaduais de educação, Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Entidades que atuam na educação do campo, organismos internacionais, Fóruns de Educação de Jovens e Adultos, Instituição que representa os povos Indígenas, instituição que representa o segmento étnico-racial, Organizações não-governamentais, profissionais da educação, estudantes, Conselhos Municipais e Estaduais de Educação, outras Secretarias do MEC e outros Ministérios.

(Decreto 5.475/2005)

Comissões Estaduais/Distrital da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos.

A Agenda Territorial é uma Ação conjunta do poder público e da Sociedade civil em favor da garantia do direito à educação de jovens e adultos; um instrumento para fortalecer as articulações entre alfabetização e educação de jovens e adultos nos territórios; e um mecanismo de apoio para estruturação e institucionalização das ações de educação de jovens e adultos nos territórios, necessário se faz neste momento do processo em construção da Agenda Territorial recuperar as concepções e princípios assumidos quando da constituição da Agenda Territorial.

A Agenda Territorial, em cada um dos Estado/Distrito Federal se constituiu por Comissões. Estas comissões foram instituídas, por meio de portarias/ decretos, com o objetivo de construir uma agenda de negociação estadual, para o fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos, que traduzam nas agendas nacional e internacional de EJA. Cada Comissão é composta, além de outros segmentos, pela Secretaria de Estado/ Distrito Federal da Educação, representantes dos secretários municipais da educação (UNDIME) Conselho Estadual de Educação (CEE), representante do Fórum Estadual de EJA, representante da sociedade civil organizada e representante das Universidades Públicas.

As Diretrizes da Agenda Territorial são promover a articulação entre as demandas sociais e as políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos – a educação como ação articuladora das políticas sociais; Estimular a constituição de redes sociais de cooperação visando o protagonismo dos atores sociais na construção de políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos – rede que se consubstancia por meio das Comissões Estaduais; Estimular a integração das políticas de educação formal e não formal, no âmbito da política de Educação de Jovens e Adultos; Apoiar processos educativos que favoreçam a produção do conhecimento, sistematização, socialização das experiências, a partir da realidade local e do respeito à diversidade cultural, de gênero, etnia e ecossistema; Apoiar experiências inovadoras de Educação de Jovens e Adultos desde a divulgação, seleção, premiação e disseminação do Prêmio “Medalha Paulo Freire”.

A Agenda Territorial aponta para uma concepção de uma gestão social fundamentada nas dimensões técnica, de planejamento e controle social.

... la alfabetización de adultos?

Si la respuesta es afirmativa, indique qué actividades se emprende o qué marcos de referencia existen y aporte referencias:

As atividades descritas acima contemplam também a alfabetização de jovens e adultos.

3.4 ¿Asegura el gobierno nacional el desarrollo de capacidades para posibilitar que los diferentes actores sociales interesados participen en la formulación de política, así como en la colaboración, ejecución y evaluación de programas de

Sí No

... la Educación de adultos?

Si la respuesta es afirmativa, indique qué actividades se emprende y aporte referencias

Curso de Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA – O Curso teve como finalidade formar sujeitos sociais da educação de jovens e adultos para atuar como multiplicadores de ações de gestão social de políticas públicas, com vistas a fortalecer a Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, na perspectiva da constituição de uma Comunidade de Trabalho/Aprendizagem em gestão da EJA. O Curso teve como público alvo os membros das Comissões Estaduais e Distrital da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, membros dos Fóruns Estaduais e Distrital de EJA e membros das Instituições Parceiras.

A execução deste Curso se fundou na abordagem pedagógica e estratégia metodológica da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, entendida como uma estratégia político-pedagógica que fortalece a articulação territorial das ações da educação de jovens e adultos, valendo-se de análise diagnóstica, definição de objetivos e metas que subsidiem a implementação e gestão dessas ações, além de incorporar as diretrizes definidas coletivamente.

O Curso está em fase de avaliação na perspectiva do cumprimento de seus objetivos e da sua contribuição para a superação do desafio de formular, articular novos arranjos institucionais, executar e desenvolver o controle social de políticas públicas, de maneira participativa, para que se consolidem como política de Estado.

... la alfabetización de adultos?

Si la respuesta es afirmativa, indique qué actividades se emprende y aporte referencias
Vide texto sobre Curso de Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA, descrito acima

3.5 ¿Desempeñan las comunidades locales un papel en la planificación, ejecución y evaluación de los programas de

Sí No

...Alfabetización de adultos?

...Educación de adultos?

3.6. Sírvase ofrecer toda información, explicación o comentario adicional que considere pertinente a fin de clarificar cualquier cuestión posible relativa a la información en esta

sección.

Informações adicionais ao item 3.5 – Vide resposta no item 3.3, no que diz respeito à Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos

4. Financiación: inversión en educación y alfabetización de adultos

4.1 Los datos sobre el gasto público presentados en este cuestionario deben referirse al gasto efectivo. Si el gasto efectivo no está disponible, indique el presupuesto asignado. Precise cuáles son los datos que se consignan.

<i>Gasto efectivo</i> <input type="checkbox"/>	<i>Asignación presupuestaria</i> <input checked="" type="checkbox"/>
---	---

4.2 Indique el nombre de la divisa utilizada en el informe:

REAL (R\$)

4.3 Indique la unidad monetaria utilizada en los cuadros siguientes:

<i>Unidades</i> <input checked="" type="checkbox"/>	<i>Cientos</i> <input type="checkbox"/>	<i>Miles</i> <input type="checkbox"/>	<i>Millones</i> <input type="checkbox"/>
--	--	--	---

4.4 ¿Cuál fue el gasto público total en educación y formación en los años financieros que concluyeron en 2009 y 2010 (en valores nominales en moneda local)?

	<i>Monto(2009)</i>	<i>Monto(2010)</i>	<i>Fuente</i>
<i>Gobierno nacional:</i>	4.777.049.812,10	5.182.884.500,11	- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)
	1.071.544,50	844.625,98	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
	357.880.000,00	820.777.771,00	- Ministério da Educação (Programa 1060 – Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos)
	16.210.634,17	38.438.262,19	(Programa 1062 – Desenvolvimento da Educação profissional e Tecnológica – Proeja/Rede Certific)

	13.917.950,00	5.964.836,00	(Programa 1377 – Educação para a Diversidade e Cidadania – Cursos Rede UAB)
	664.600.000,00	379.862.562,35	Secretaria Nacional da Juventude (Programa 8034 – Programa Nacional de Inclusão de Jovens) Projovem
<i>Gobierno subnacionales (*)</i>			Orçamento local
<i>Total (**)</i>	5.830.729.940,77	6.428.772.557,63	

(*) Os recursos orçamentários dos entes federados para programas e ações de alfabetização e educação de jovens e adultos não foram informados devido a dificuldade de identificá-los separadamente do montante destinado à educação básica.

(**) O montante de recursos informados na tabela acima não corresponde à totalidade dos recursos previsto para a Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos. Ver explicação detalhada no item 4.8

4.5 ¿ Están disponibles cifras equivalentes sobre las contribuciones financieras a la educación de adultos de parte de los siguientes agentes?			
	<i>Monto (2009)</i>	<i>Monto(2010)</i>	<i>No disponible</i>
<i>Gobierno nacional</i>			<input type="checkbox"/>
<i>Gobierno subnacionales</i>			<input type="checkbox"/>
<i>Organizaciones de la sociedad civil</i>			<input type="checkbox"/>
<i>Donantes-ayuda internacional (no préstamos)</i>			<input type="checkbox"/>
<i>Empresas privadas</i>			<input type="checkbox"/>
<i>Educandos-familias</i>			<input type="checkbox"/>

(*) Vide ítem 4.8

4.6 ¿Están disponibles cifras equivalentes sobre las contribuciones financieras a la alfabetización de adultos de parte de los siguientes agentes?			
	<i>Monto (2009)</i>	<i>Monto (2010)</i>	<i>No disponible</i>
<i>Gobierno nacional</i>			<input type="checkbox"/>
<i>Gobierno subnacionales</i>			<input type="checkbox"/>
<i>Organizaciones de la sociedad civil</i>			<input type="checkbox"/>
<i>Donantes-ayuda internacional (no préstamos)</i>			<input type="checkbox"/>
<i>Empresas privadas</i>			<input type="checkbox"/>
<i>Educandos-familias</i>			<input type="checkbox"/>

(*) Vide ítem 4.8

4.7 ¿Se han creado nuevos mecanismos o fuentes de financiación para la ecuación y alfabetización de adultos desde la CONFINTEA VI? (diciembre de 2009)	Sí	No
<i>Si la respuesta es afirmativa, descríbalos brevemente</i>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

4.8. Sírvase ofrecer toda información, explicación o comentario adicional que considere pertinente a fin de clarificar cualquier cuestión posible relativa a la información en esta sección.

Informações adicionais ao item 4.4.

I. Informações complementares a respeito das fontes de financiamento citadas na tabela do item 4.4.

FUNDEB - A Educação pública no Brasil possui como principais fontes de financiamento a vinculação de um percentual mínimo da receita de impostos (18% para a União e 25% para estados e municípios) e a contribuição social do salário-educação (2,5% da folha de pagamento) que é recolhida pelas empresas. A mais importante fonte de financiamento para a educação básica é O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

O Fundeb foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, que vigorou de 1998 a 2006. Com vigência estabelecida para o período 2007-2020, sua implantação começou em 1º de janeiro de 2007. Trata-se de um fundo de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado por parcela financeira de recursos federais e por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica.

Com a aprovação do Fundeb, houve uma ampliação significativa da participação da União no financiamento da educação básica. Para a EJA, o novo fundo significa uma melhora frente ao padrão anterior de financiamento do setor, já que seus alunos passam a ser contabilizados para efeito de recebimento dos recursos na proporção de 0,8 vezes um aluno das séries iniciais do ensino fundamental urbano.

Além dos recursos originários dos entes estaduais e municipais, também integram a composição do Fundeb verbas federais, a título de complementação financeira, com o objetivo de assegurar o valor mínimo nacional por aluno/ano (R\$ 1.722,05 em 2011) a cada unidade da federação, em que este limite mínimo não for alcançado com recursos dos próprios governos. O aporte de recursos do governo federal ao Fundeb, de R\$ 2 bilhões em 2007, aumentou para R\$ 3,2 bilhões em 2008, aproximadamente R\$ 5,1 bilhões para 2009 e, a partir de 2010, é de 10% da contribuição total de estados e municípios.

Os valores relativos ao Fundeb informados na tabela corresponde a multiplicação do número de alunos matriculados presencialmente na modalidade de educação de jovens e adultos por 0,8 de R\$ 1.677,34 (80% de R\$ 2.096,68) o que não garante que a totalidade desses recursos sejam efetivamente empregados para financiar essa modalidade.

Programas Orçamentários do Ministério da Educação vinculados à Alfabetização e a Educação de Jovens e Adultos:

1. Programa 1060: Programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos – Programa Brasil Alfabetizado (Ações de apoio para a melhoria da qualidade da Educação de Jovens e Adultos: Formação de professores e gestores, fomento à leitura, aquisição e distribuição de materiais didáticos)
2. Programa 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica – Educação de Jovens e Adultos integrada à formação profissional e o reconhecimento de saberes.

3. Programa 1377 – Educação para a Diversidade e Cidadania – Cursos de Formação de Professores na modalidade a distância.

Programa Orçamentário da Secretaria Nacional de Juventude -

Programa 8034 – Programa Nacional de Inclusão de Jovens.

Fonte: Relatório de Gestão - 2009 e 2010 - SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE <www.juventude.gov.br/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-snj-2009> ; <<http://www.secretariageral.gov.br/relatorio-de-gestao/relatorio-de-gestao-sg-2010>>

II. Recursos orçamentários não considerados

Os recursos orçamentários referentes aos Programas de Transporte Escolar, **do Ministério da Educação**, assim como aqueles de **outros Ministérios** para programas e ações que atendem a jovens e adultos não foram considerados devido a dificuldade de identificar a parcela destinada especificamente a alfabetização e educação de jovens e adultos.

Os recursos orçamentários dos **governos subnacionais**, suplementares ao Fundeb não foram considerados devido à dificuldade de identificar a parcela destinada especificamente a alfabetização e educação de jovens e adultos. O documento apresenta o Fundeb como gasto público do governo nacional embora seja um conjunto de fundos executados pelos entes federados.

Explicações a respeito dos itens 4.5. e 4.6.

A pergunta não é compreensível.

5. Participación: acceso y participación de jóvenes y adultos en programas de educación y alfabetización

5.1 Indique las áreas de aprendizajes ofrecidas por diferentes organizaciones. Identifique los grupos destinatarios (por ej., mujeres, jóvenes, pueblos indígenas, minorías lingüísticas o grupos étnicos, migrantes, personas discapacitadas, población rural, reclusos u otros) y si se utilizan nuevas tecnologías de la información y la comunicación (TIC)

Organismo del sector público	Marque todo lo que es pertinente	Grupo(s) destinatario(s)	Uso de TIC
Alfabetización (lectura, escritura, aritmética básica)	■	<ul style="list-style-type: none"> - Acampados - Agricultores asalariados - Agricultores familiares - Assentados da Reforma Agrária - Atingidos por barragens - Empreendimentos de Infra-Estrutura - Beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário - Caiçaras - Catadores de materiais recicláveis - Ciganos - Extrativistas - Indígenas - Jovens em cumprimento de medidas socioeducativas - Membro de família beneficiária do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI - Pertencentes a Comunidades de Terreiro - Pescadores artesanais - Pessoas atingidas pela hanseníase - Pessoas em situação de rua - Pessoas Resgatadas do Trabalho Análogo ao de Escravo - Transgêneros (travestis e transexuais) - População carcerária - Profissionais do Sexo - Quilombolas - Ribeirinhos - Trabalhadores da Indústria - Trabalhadores da Pesca - Trabalhadores Rurais Temporários 	■

<i>Formación profesional (técnica, relacionada con la generación de ingresos)</i>	<input checked="" type="checkbox"/>	- Mulheres - Pessoas privadas de liberdade - Jovens	<input type="checkbox"/>
<i>Competencia para la vida diaria o cuestiones de salud</i>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
<i>Uso de tecnología de la información y la comunicación</i>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
<i>Lenguas oficiales o locales</i>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
<i>Lenguas extranjeras</i>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
<i>Derechos humanos-educación cívica</i>	<input checked="" type="checkbox"/>	- Pessoas privadas de liberdade - Adolescentes em cumprimento de medidas sócioeducativas	<input type="checkbox"/>
<i>Educación liberal-crecimiento personal (es decir, artístico, cultural)</i>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
<i>Otros (describalos brevemente a continuación):</i>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>

Empresas Privadas	<i>Marque todo lo que es pertinente</i>	<i>Grupo(s) destinatario(s)</i>	<i>Uso de TIC</i>
<i>Alfabetización (lectura, escritura, aritmética básica)</i>	<input checked="" type="checkbox"/>	- Privados de liberdade - Trabalhadores em geral (da indústria, da pesca, rurais, temporários) - Jovens em situação de vulnerabilidade	<input checked="" type="checkbox"/>
<i>Formación profesional (técnica, relacionada con la generación de ingresos)</i>	<input checked="" type="checkbox"/>	- Jovens em situação de vulnerabilidade;	<input checked="" type="checkbox"/>
<i>Competencia para la vida diaria o cuestiones de salud</i>	<input checked="" type="checkbox"/>	- Jovens em situação de vulnerabilidade - Transgêneros (travestis e transexuais) - População carcerária - Profissionais do sexo	<input checked="" type="checkbox"/>
<i>Uso de tecnología de la información y la comunicación</i>	<input checked="" type="checkbox"/>	- Populações em situação de vulnerabilidade	<input checked="" type="checkbox"/>
<i>Lenguas oficiales o locales</i>	<input checked="" type="checkbox"/>	- Povos indígenas - Quilombolas - Ciganos	<input checked="" type="checkbox"/>
<i>Lenguas extranjeras</i>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
<i>Derechos humanos-educación cívica</i>	<input checked="" type="checkbox"/>	- Populações em situação de vulnerabilidade social - Pessoas privados de liberdade	<input checked="" type="checkbox"/>
<i>Educación liberal-crecimiento personal (es decir, artístico, cultural)</i>	<input checked="" type="checkbox"/>	- Populações em situação de vulnerabilidade social	<input checked="" type="checkbox"/>
<i>Otros (describalos brevemente a continuación):</i>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>

Sociedad civil u organizaciones no gubernamentales	<i>Marque todo lo que es pertinente</i>	<i>Grupo(s) destinatario(s)</i>	<i>Uso de TIC</i>
<i>Alfabetización (lectura, escritura, aritmética básica)</i>	<input checked="" type="checkbox"/>	- Pessoas privadas de liberdade Trabalhadores em geral (da indústria, da pesca, rurais, temporários) - Jovens em situação de vulnerabilidade	<input checked="" type="checkbox"/>
<i>Formación profesional (técnica, relacionada con la generación de ingresos)</i>	<input checked="" type="checkbox"/>	- Jovens em situação de vulnerabilidade	<input checked="" type="checkbox"/>
<i>Competencia para la vida diaria o cuestiones de salud</i>	<input checked="" type="checkbox"/>	- Jovens em situação de vulnerabilidade - Transgêneros (travestis e transexuais) População carcerária Profissionais do sexo	<input checked="" type="checkbox"/>
<i>Uso de tecnología de la información y la comunicación</i>	<input checked="" type="checkbox"/>	- Populações em situação de vulnerabilidade	<input checked="" type="checkbox"/>
<i>Lenguas oficiales o locales</i>	<input checked="" type="checkbox"/>	- População indígena - Quilombolas - Ciganos	<input checked="" type="checkbox"/>
<i>Lenguas extranjeras</i>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
<i>Derechos humanos-educación cívica</i>	<input checked="" type="checkbox"/>	- Populações em situação de vulnerabilidade social - Pessoas privadas de liberdade	<input checked="" type="checkbox"/>
<i>Educación liberal-crecimiento personal (es decir, artístico, cultural)</i>	<input checked="" type="checkbox"/>	- Populações em situação de vulnerabilidade social	<input checked="" type="checkbox"/>
<i>Otros (describalos brevemente a continuación):</i>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>

5.2 ¿Hay encuestas sobre la oferta y la demanda?

	Oferta	Demanda
En Educación de adultos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
En Alfabetización de adultos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Sírvase presentar referencias o adjunte informes que se hayan elaborado con la información recogida por esas encuestas (si es el caso)

Suplemento da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD)

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, realizou em 2007, a pedido do Ministério da Educação, levantamento suplementar sobre a educação profissional e educação de jovens e adultos.

A pesquisa sobre aspectos complementares da educação de jovens e adultos objetivou captar o alcance desta forma de educação, voltada para dar oportunidade de formação à população que não teve acesso ou que não teve possibilidade de completar os níveis educacionais fundamental e médio e de alfabetização nas idades apropriadas, caracterizando aspectos relevantes relacionados aos cursos oferecidos nas diferentes modalidades. A pesquisa sobre educação profissional visou o levantamento do perfil da população vinculado ao acesso e formação nos segmentos de qualificação profissional, técnico de nível médio e graduação tecnológica.

A análise desta pesquisa, realizada em 2010, gerou importante conjunto de informações que subsidia o planejamento e a tomada de decisões que envolvem as Políticas Públicas de EJA no Brasil.

Fonte: Suplemento PNAD

Série histórica da PNAD (2001-2009)

Estudo realizado em 2010 sobre as trajetórias educacionais da população com educação básica incompleta

Consultorias no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado - Levantamento de boas práticas de alfabetização - A Contratação de 12 consultores para elaboração de estudos sobre as boas práticas de alfabetização adotadas pelos municípios atendidos pelo PBA, assim como a oferta de apoio técnico aos municípios com altos índices de analfabetismo.

Consultoria de Apoio à Educação de Jovens e Adultos em municípios prioritários 2010 - O objetivo do trabalho da Consultoria foi promover o apoio à Coordenação do PBA, por meio de acompanhamento e atendimento técnico, consolidação e análise de informações e dados, nestes municípios, visando à qualidade do Programa Brasil Alfabetizado e da oferta de Educação de Jovens e Adultos - EJA, bem como a articulação para a continuidade em EJA aos egressos do PBA. O trabalho teve como eixos: o apoio técnico e a coleta de dados relacionados ao encaminhamento dos egressos do PBA à EJA, à Formação Inicial e Continuada de Alfabetizadores e ao funcionamento das turmas do PBA.

Consultoria de Apoio à Educação de Jovens e Adultos em municípios prioritários - 2008/2009 - Realização de diagnósticos estaduais sobre a realidade educacional da Alfabetização de Jovens e Adultos, a partir de dados coletados por consultores especializados em Educação de Jovens e Adultos, com sugestões para implementação de políticas públicas atentando para as dimensões de gestão, infra-estrutura, atendimento pedagógico e formação de educadores. A ação contemplou 12 estados da federação, sendo 9 da região Nordeste, 2 da região Norte e o estado de Minas Gerais totalizando 1770 municípios prioritários (com mais de 25% de taxa de analfabetismo) visitados.

5.3 Enumere las lenguas que se utilizan en la oferta de programas de alfabetización. Indique si el material didáctico está disponible en la lengua correspondiente

<i>(agregue tanta líneas como sean necesarias)</i>	<i>Marque si hay material didáctico Disponible en la lengua</i>
Língua Brasileira de Sinais	

5.4 Enumere y describa brevemente, si es el caso, desafíos clave relacionados con la implementación de cursos de alfabetización en lenguas distintas a la(s) oficial(es) o dominante(s).

--

5.5 ¿Han cambiados las lenguas en que se ofrecen los programas de alfabetización después del examen a medio plazo del DNUA en 2006?

Sí No

Si la respuesta es afirmativa, presente una breve descripción y referencias:

5.6 ¿en qué niveles administrativos se elabora el material didáctico y quién participa en el proceso?

	<i>Marque todo lo Que es pertinente</i>	<i>¿Participan las comunidades locales?</i>	
		<i>Si</i>	<i>No</i>

Nivel Nacional	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Nivel Subnacional	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Sírvese ofrecer referencia o adjunte documentos sobre la participación de la comunidad local:			

5.7 Sírvese ofrecer toda información, explicación o comentario adicional que considere pertinente a fin de clarificar cualquier cuestión posible relativa a la información en las preguntas 5.1 a 5.6. Preste particular atención a las prácticas y servicios innovadores destinados a los grupos marginados.

Informação adicional ao item 5:

Iniciativas de instituições privadas e organizações da Sociedade Civil voltadas para Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos - É expressivo o numero de iniciativas para oferta de oportunidades educativas voltadas para o público jovem e adulto, indo desde a abertura de turmas de alfabetização até o desenvolvimento de projetos de abrangência nacional. As iniciativas abrangem alfabetização e elevação de escolaridade, formação de educadores, inclusão digital, valorização e enriquecimento cultural, bem como a qualificação profissional, que são desenvolvidas por instituições tais como Sistema S; Fundação Bradesco; Fundação Banco do Brasil (BB Educar); Fundação Roberto Marinho; Fundação Vale; Alfabetização Solidária; Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (Mova); Movimento de Educação de Base (MEB), dentre outras.

Informações adicionais ao item 5.6

Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA) - Em 2007 o Ministério da Educação criou o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA) com a finalidade de distribuir obras didáticas aos estados, Distrito Federal e municípios, que estabelecem parceria com o Ministério da Educação, na execução das ações do Programa Brasil Alfabetizado.

O PNLA fomentou a produção e a publicação de livros didáticos específicos para jovens e adultos em processo de alfabetização e distribuiu as obras escolhidas pelas entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado a todos os alfabetizandos, alfabetizadores, coordenadores de turma e intérpretes de LIBRAS.

Fonte: www.mec.gov.br

Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos - PNLDEJA - No ano de 2010 o PNLA foi ampliado para contemplar os alunos do ensino fundamental da Educação de Jovens e Adultos, transformando-se no Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos.

O Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos – PNLDEJA foi estabelecido pela Resolução nº 51 de 16 de Setembro de 2009. Seu escopo é prover as entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) e as escolas públicas de ensino fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) federais ou das redes de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal com livros didáticos adequados ao público pretendido pela EJA. Para tanto, foi lançado o Edital do PNLD EJA 2011, com a finalidade de convocar editores para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras e coleções didáticas de acordo com o seguinte cronograma:

1. Cadastramento das editoras e pré-inscrição das obras: Convocação de editores para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras/coleções didáticas para prover as entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado – PBA, as escolas federais de ensino fundamental e as redes de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA, no âmbito do Programa Nacional do Livro.

2) Avaliação das obras - O processo avaliativo das obras/coleções didáticas é realizado em três

etapas: triagem, pré-análise e avaliação pedagógica. A triagem atende a critérios técnicos, definidos no edital, relativos à estrutura editorial do livro. A pré-análise refere-se à adequação das obras ao objeto. A avaliação pedagógica considera critérios eliminatórios e de qualificação.

Uma das principais preocupações do PNLD EJA é garantir que as obras didáticas destinadas a EJA respeitem as especificidades da modalidade quanto as diferentes formas de oferta da EJA no país. As obras são agrupadas em 4 (quatro) categorias: obra didática destinada a alfabetização de jovens e adultos, coleções didáticas destinadas ao primeiro segmento do ensino fundamental na modalidade EJA, coleções didáticas destinadas ao segundo segmento do ensino fundamental na modalidade EJA e obras didáticas destinadas ao ensino fundamental na modalidade EJA que contenham conteúdo de História Regional e Geografia Regional.

Para realizar o processo de avaliação e seleção desses livros é estabelecida parceria entre o MEC e universidades públicas.

Em consonância com o Edital, são definidas as bases conceituais e metodológicas do processo de avaliação e seleção de obras/coleções didáticas inscritas nesse Programa, cujas obras aprovadas constituem o Guia do Livro Didático.

As bases conceituais são assim delineadas: as potencialidades e especificidades dos sujeitos da EJA; a natureza do processo de ensino e de aprendizagem da EJA; o livro didático como um importante recurso na mediação do processo de aprendizagem do jovem e do adulto.

Na avaliação pedagógica são envolvidos especialistas no campo da pedagogia e das diversas áreas de conhecimento relativas aos componentes curriculares da base nacional comum para o ensino fundamental. A seleção desses especialistas observa os seguintes critérios: pesquisador ou professor da área de conhecimento específico; experiência em trabalhos com livros didáticos; vínculos com o ensino básico; curso de pós-graduação (doutorado, preferencialmente); experiência com Educação de Jovens e Adultos.

3) Adesão pelas entidades do PBA e Escolas da Rede Pública(maio 2010) - A adesão é feita pelas Entidades Parceiras do PBA e as Redes Públicas de Ensino (municipais, estaduais e do Distrito Federal) que possuem turmas de EJA de acordo com Censo Escolar do ano anterior. O responsável pela adesão nos municípios é o(a) prefeito(a) municipal e nos Estados e no Distrito Federal, o secretário(a) de educação. A adesão é feita no sistema de adesão disponibilizado no sítio do MEC <<http://pnld.mec.gov.br>>.

4) Escolha - No processo de escolha dos livros participam os professores das escolas públicas com base no Guia do Livro Didático.

5) Produção e Distribuição: Toma por base as matrículas mensuradas no Censo Educacional.

6) Monitoramento/acompanhamento da distribuição – O monitoramento e acompanhamento da distribuição do livro é feito pelo Sistema do Material Didático (SIMAD), disponível no sítio do FNDE

Avaliação do uso do livro didático na alfabetização - Subsídio técnico e operacional a pesquisa acadêmica em parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora com o objetivo de avaliar os efeitos do uso do livro didático distribuído pelo PNLA no processo de alfabetização de jovens, adultos e idosos. (Em fase de conclusão).

Fonte: www.fnde.gov.br

RESULTADOS

PNLA/PNLDEJA	
Exercício	Alunos beneficiados
2008	1.609.554
2009	2.621.036
2010	1.949.987
2011	5.041.394
TOTAL	11.221.971

Material didático pedagógico para o Exame Nacional de Certificação de Competência de Educação de Jovens e Adultos (Encceja) – O Ministério da Educação disponibiliza em meio eletrônico o material didático pedagógico de apoio aos candidatos e professores que é composto por: um volume introdutório, quatro volumes de orientações aos professores, oito volumes de orientações para o estudante.

Concurso Literatura para Todos - O Concurso Literatura para Todos, criado em 2005, tem como objetivo estimular a criação de obras literárias específicas para neoleitores jovens, adultos e idosos, reafirmando o valor da leitura e da palavra escrita e contribuindo para a formação de uma comunidade leitora. Além de favorecer o acesso de jovens, adultos e idosos em processo de alfabetização a obras literárias de qualidade, o Concurso busca também estreitar os laços culturais com os países de língua oficial portuguesa – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

O Concurso premia 10 obras nas categorias prosa (conto, novela e crônica), poesia, textos da tradição oral (em prosa ou em verso), perfil biográfico e dramaturgia, além de premiar obra de escritores de países africanos de língua portuguesa. Os livros compõem a Coleção Literatura para Todos, que é distribuída a todas as escolas das redes públicas de ensino e turmas de alfabetização do Programa Brasil Alfabetizado.

Escravo nem Pensar - A publicação *Escravo, nem pensar, elaborada* pela ONG Repórter Brasil e distribuída em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), tem por objetivo orientar os alfabetizadores do Programa Brasil Alfabetizado para o combate ao trabalho escravo no Brasil.

Orientações para obtenção do Registro Civil - A publicação *Orientações para obtenção do registro civil* é uma contribuição do MEC para a Mobilização Nacional do Registro Civil de Nascimento, de iniciativa da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. A publicação foi distribuída para as turmas do Programa Brasil Alfabetizado

Histórias do Brasil Alfabetizado I e II - Material multimídia composto por vídeos documentários com relatos de adultos em processo de alfabetização distribuídos aos parceiros do Programa Brasil Alfabetizado.

5.8 ¿Recolecta el gobierno información sobre lo rubros siguientes:	<i>Marque todo lo que es pertinente</i>
Matricula en programa de educación de adultos (que no son de alfabetización)?	■
Asistencia a programa de educación de adultos (que no son de alfabetización)?	■
Terminación en programa de educación de adultos (que no son de alfabetización)?	■
Matricula en programa de alfabetización?	■
Asistencia a programa de alfabetización?	■
Terminación en programa de alfabetización?	■

Sí la información está disponible, consigne las cifras y la documentación correspondiente o aporte referencias:

EJA – MATRÍCULAS

ANO	Fundamental	Médio	Total
2009	3.141.559	1.567.286	4.708.845
2010	2.946.950	1.427.381	4.374.331
2011	2.717.960	1.364.568	4.082.528

Fontes: Censo Escolar/INEP e Secretaria Nacional de Juventude

PROFESSORES QUE ATUAM NA EJA

2009

Nível	Homens	Mulheres	TOTAL
Fundamental Incompleto	104	128	232
Fundamental Completo	178	395	573
Ensino Médio (Normal/magistério)	6.333	23.515	29.848
Ensino Médio/ magistério específico - Indígena	127	160	287
Ensino Médio	5.165	10.543	15.708
Superior Completo	81.313	183.021	264.334
TOTAL	93.220	217.762	310.982

2010

Nível	Homens	Mulheres	TOTAL
Fundamental Incompleto	104	128	232
Fundamental Completo	178	395	573
Ensino Médio (Normal/magistério)	6.333	23.515	29.848
Ensino Médio/ magistério específico – Indígena	127	160	287
Ensino Médio	5.165	10.543	15.708
Superior Completo	81.313	183.021	264.334
TOTAL	93.220	217.762	310.982

ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955, garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas.

Seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis.

Alunos Atendidos:

2009 - 4.053.7474

2010 - 3.839.209

Programas de Transporte Escolar - O Ministério da Educação executa atualmente dois programas voltados ao transporte de estudantes: o Caminho da Escola e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate).

O Caminho da Escola foi criado pela Resolução nº 3, de 28 de março de 2007, e consiste na concessão, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de linha de crédito especial para a aquisição, pelos estados, distrito federal e municípios, de ônibus, miniônibus e micro-ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

Já o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) foi instituído pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público residentes em área rural que utilizem transporte escolar, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios.

Alunos Atendidos:

2009 - 621.397.

Auxílio financeiro aos jovens atendidos pelo Programa Nacional de inclusão de Jovens (Projovem) – Pagamento de auxílio no valor de R\$ 100,00 vinculado à frequência do aluno.

TERMINALIDADE

I - Dados sobre conclusão com certificação no processo

EJA – Anos iniciais (Fundamental)

ANO	Total	Taxa de Aprovação %	Taxa de Reprovação %	Taxa de Abandono %
2008	1.126.745	45,0	18,4	36,6
2009	1.035.906	45,3	19,5	35,2
2010	922.137	46,6	19,6	33,8

EJA – Anos finais (Fundamental)

ANO	Total	Taxa de Aprovação %	Taxa de Reprovação %	Taxa de Abandono %
2008	2.162.149	50,4	13,3	36,3
2009	2.060.501	51,2	15,0	33,8
2010	1.921.836	52,0	14,1	33,9

EJA – Ensino Médio

ANO	Total	Taxa de Aprovação %	Taxa de Reprovação %	Taxa de Abandono %
2008	1.634.604	65,8	11,0	23,2
2009	1.548.322	64,4	16,3	19,4
2010	1.371.914	66,5	12,7	20,8

II – Exames de Certificação

Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos – Instrumento de

avaliação para medir competências e certificar a escolaridade em nível fundamental. Podem se inscrever para o exame jovens e adultos a partir de 15 anos de idade.

O Enceja tem como principal objetivo construir uma referência nacional de educação de jovens e adultos por meio de avaliação de competências, habilidades e saberes adquiridos no processo escolar ou nos processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

A adesão dos entes federados ao Enceja é voluntária. Para aderir, é necessário que cada Secretaria Estadual de Educação aceite e assine o Acordo de Cooperação Técnica estabelecido formalmente pelo Inep. A adesão indica a utilização dos resultados do exame pela Secretaria Estadual também como forma de certificação de conclusão do Ensino Fundamental às pessoas que não tiveram oportunidade de concluir seus estudos em idade apropriada, incluindo as pessoas privadas de liberdade e jovens sob medida socioeducativa. Em 2010, 131.997 alunos solicitaram certificação.

Fonte: INEP/MEC

Exame Nacional do Ensino Médio – Instrumento de avaliação do desempenho do estudante e certificação da escolaridade em nível médio. Podem participar do exame os jovens e adultos a partir dos 18 anos de idade.

O Enem é utilizado como critério de seleção para os estudantes que pretendem concorrer a uma bolsa no Programa Universidade para Todos (ProUni). Além disso, cerca de 500 universidades já usam o resultado do exame como critério de seleção para o ingresso no ensino superior, seja complementando ou substituindo o vestibular.

A oportunidade de conseguir o certificado de conclusão do ensino médio, por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), é oferecida a quem não teve a oportunidade de concluir o curso na forma tradicional. Portanto, cidadãos com mais de 18 anos podem fazer o exame também para obter a certificação nessa etapa do ensino. Para isso, devem indicar, no momento da inscrição, que farão as provas especificamente para conseguir o certificado.

Fonte: www.mec.gov.br

Resultados

ANO	Solicitaram Certificação	Obtiveram Certificação	Percentual de Certificação
2009	197.991	69.709	35%
2010	539.216	110.774	36%

Fonte: INEP/MEC

ALFABETIZAÇÃO

Matrículas

Número de parceiros e matrículas do Programa Brasil Alfabetizado por ciclo

Ciclo	Número de entidades executoras	Número de inscritos	Reinscritos
2008	1.115	1.322.765	-
2009	1.469	1.872.807	153.008 (8%)
2010	1.443	1.551.295	260.321 (17%)

Assistência

Valores referentes às transferências de recursos financeiros aos Estados e municípios pelo PBA para formação da equipe de alfabetização, transporte, alimentação e material escolar dos alfabetizandos.

2009	2010	2011
82.505.376,25	175.296.818,31	120.484.077,25

Fonte: SIGEF, em 30 e 31/01/2012

Valores referentes ao pagamento de bolsas para a equipe de alfabetização

2009	2010	2011
212.689.565,00	373.750.695,00	289.306.975,00

Fonte: SGB/SISREL, em 31/01/2012

Terminalidade

Atendimento referente ao ciclo ⁵	SITUAÇÃO FINAL ALFABETIZANDOS ⁶					
	2008		2009		2010	
	1.350.807	%	1.900.012	%	1.561.262	%
Descontinuado (<i>alunos em turmas fechadas antes do término</i>)	50.202	3,72	48.301	2,54	29.679	1,90
Desistente	23.408	1,73	37.055	1,95	24.111	1,54
Não Alfabetizado	376.614	27,88	537.558	28,29	355.216	22,75
Alfabetizado e não matriculado na EJA	355.866	26,34	457.897	24,10	301.025	19,28
Alfabetizado e matriculado na EJA	40.437	2,99	64.970	3,42	58.289	3,73
Situação final não informada	504.280	37,33	754.231	39,70	792.942	50,79

Fonte: SBA/MEC- consulta em 01/2012

5.9 ?Mide el gobierno los resultados del aprendizaje de los programas siguientes:
(Marque todo lo que es pertinente)

	Solo por los Profesores o facilitadores	Pruebas Estandarizadas con Propósitos de estadísticos	Pruebas Estandarizadas con Propósitos de certificación	Otros
Programa de educación de adultos (que no son de alfabetización)?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Programas de alfabetización de adultos?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

⁵ Desconsiderados os cancelados

⁶ Situação dos alunos matriculados no PBA após o término das aulas, informada pelos entes executores do Programa (estados e municípios).

Sí la información está disponible, consigne las cifras y la documentación correspondiente, o aporte referencias:

Sobre os exames de Certificação (Encceja e ENEM) vide informações no item 5.8.

Matriz de referência de avaliação do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) - A matriz de referência de avaliação do PBA indica os conhecimentos e práticas em matemática e em língua portuguesa que deverão ser desenvolvidos junto aos alfabetizandos.

Esta matriz é um importante instrumento orientador para pensar a metodologia, as atividades, a utilização de materiais e para subsidiar os educadores e coordenadores para a avaliação das aprendizagens na entrada e na saída do PBA.

Como complemento a esta matriz referencial foram elaborados dois instrumentos de avaliação para aplicação ao término das turmas de alfabetização, o Teste Cognitivo de Saída de Matemática e de o Teste Cognitivo de Saída de Língua Portuguesa que são disponibilizados à equipe de alfabetização juntamente com os respectivos manuais do aplicador e cadernos de gabaritos comentados.

Nestes cadernos, encontram-se as orientações para a correção da avaliação e as informações de como proceder para que os resultados de sua turma possam ser lançados no Sistema Brasil Alfabetizado (SBA) corretamente pelos Entes Executores do Programa.

Durante a formação inicial e continuada, a equipe de alfabetização deve ser preparada para aplicação da avaliação cognitiva junto aos alfabetizandos. O teste Cognitivo de Saída deve ser aplicado a todos os alfabetizandos no último mês de execução das turmas de forma a identificar as competências adquiridas durante o processo de alfabetização.

5.10 ¿Existen diferencias entre hombres y mujeres en relación con su participación en los programas de educación o de alfabetización de adultos?	<i>Marque todo lo que es Pertinente</i>	
	<i>Si</i>	<i>No</i>
Educación de adultos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alfabetización de adultos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Si la respuesta es afirmativa. ¿Quiénes participa más?	Educación de Adultos	Alfabetización de Adultos
Mujeres	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Hombres	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<i>Si hay diferencias: ¿se han adoptado medidas para enfrentarlas en los programa de educación o de alfabetización de adultos?</i>	<i>Si</i>	<i>No</i>
Educación de adultos	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Alfabetización de adultos	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<i>Si se han adoptado medidas, presente una breve descripción y referencias:</i>		
5.11 Sírvase ofrecer toda información, explicación o comentario adicional que considere pertinente a fin de clarificar cualquier cuestión posible relativa a la información en las preguntas 5.8 a 5.10. Preste particular atención a las cuestiones relacionadas con la equidad en lo que se refiere al acceso, la participación y los resultados		

Informações adicionais ao item 5.10

Em 2010, a taxa de analfabetismo entre as mulheres com 15 anos de idade ou mais é de 10,28% e para os homens 7,76%. Nas faixas etárias mais jovens (15 a 24 anos) a taxa de analfabetismo da população feminina (1,68%) é a metade daquela apresentada pelos homens (3,28%), o que não se verifica entre as faixas etárias mais idosas: 24,5% das mulheres com idade superior a 55 são analfabetas ao passo que, entre os homens da mesma faixa etária, o percentual é de 22,1%. Isso indica que as mulheres mais jovens conseguiram reverter o padrão que se verificava anteriormente, qual seja: o de maior escolaridade para os homens. No entanto, essa mudança no perfil educacional das mulheres mais jovens não tem se refletido em acesso a melhores condições de trabalho. Mesmo mais escolarizadas que os homens, o rendimento médio das mulheres continua inferior - as mulheres ocupadas ganham em média 70,7% do que recebem os homens,

6. Calidad: aseguramiento de la calidad

6.1 ¿Se dispone de criterios de calidad de la educación y la alfabetización de adultos en las áreas de currículo, material didáctico, formación de facilitadores, métodos de enseñanza-aprendizaje y evaluación de los resultados del aprendizaje? Si la respuesta es afirmativa, especifíquelos. ¿Desde cuándo están vigentes?

Educación de adultos

Área	Marque Cuando Existen Criterios de Calidad	Indique el año en que se introdujeron Criterios de calidad	Especifique los criterios de calidad existentes
Currículo	<input type="checkbox"/>		
Material Didáctico	<input checked="" type="checkbox"/>		Informações disponíveis no item 6.7
Formación de facilitadores	<input checked="" type="checkbox"/>		Informações disponíveis no item 6.7
Métodos de enseñanza-aprendizaje	<input type="checkbox"/>		
Evaluación de los resultados del aprendizaje	<input type="checkbox"/>		

Alfabetización de adultos

Área	Marque Cuando Existen Criterios de Calidad	Indique el año en que se introdujeron Criterios de calidad	Especifique los criterios de calidad existentes
Currículo	<input type="checkbox"/>		
Material Didáctico	<input checked="" type="checkbox"/>		Informações disponíveis no item 6.7
Formación de facilitadores	<input checked="" type="checkbox"/>	2010	Informações disponíveis no item 6.7
Métodos de enseñanza-aprendizaje	<input type="checkbox"/>		
Evaluación de los resultados del aprendizaje	<input checked="" type="checkbox"/>	2006	Matriz de Referência e modelo de Teste Cognitivo para a avaliação das competência em leitura, escrita e matemática - Informações disponíveis no item 5.9

6.2 ¿Existen programas para realizar la formación inicial y continua de los educadores-facilitadores de educación y alfabetización de adultos? Marque todo lo que es pertinente, teniendo en cuenta el proveedor y el tipo de programa de formación.

Educación de adultos

Proveedor	Inicial		Em servicio	
	Marque en	Duración	Marque en	Duración

	Caso Afirmativo	Tipo (meses)	Caso Afirmativo	Tipo (meses)
Institución gubernamental	<input type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>	Mínimo de 180 horas
Universidad	<input checked="" type="checkbox"/>	Mínimo de 2400 horas	<input checked="" type="checkbox"/>	Mínimo de 180 horas
Empresa privadas	<input type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>	Mínimo de 30 horas
Organización no gubernamental	<input type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>	Mínimo de 30 horas

Alfabetización de adultos				
Proveedor	Inicial		Em servicio	
	Marque en Caso Afirmativo	Duración Tipo (meses)	Marque en Caso Afirmativo	Duración Tipo (meses)
Institución gubernamental	<input type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>	Mínimo de 88 horas
Universidad	<input type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>	Mínimo de 88 horas
Empresa privadas	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	
Organización no gubernamental	<input type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>	Mínimo de 88 horas

6.3 ¿Cuál es la remuneración mensual promedio (en valores nominales en moneda local) de un educador o facilitador a tiempo completo en los programas siguientes (*año académico que concluye en 2010*)?

Programa	Remuneración Mensual promedio, si está disponible	Comentarios/fuente
Educación de adultos (<i>excluyendo programas de alfabetización</i>)	<p>Vencimento de carreira do/a professor/a com formação de nível superior e jornada de trabalho entre 20h e 25h semanais: R\$ 867,69 (excluídas as remunerações extras).</p> <p>Remuneração da carreira do/a professor/a com formação de nível superior e jornada de trabalho entre 20h e 25h semanais: R\$ 1.087,11 (acrescidas as vantagens pecuniárias).</p> <p>Vencimento de carreira do/a professor/a com formação de nível superior e jornada de</p>	<p>Informações sobre a média dos vencimentos e das remunerações iniciais das carreiras de magistério, no ano de 2010, repassadas pelos sindicatos das redes públicas estaduais, filiados à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)</p> <p>OBS: Os valores apresentados correspondem ao nível de formação e à jornada dos docentes, independente da etapa ou modalidade do ensino em que atuam.</p> <p>A sistemática segue a orientação da Resolução CNE/CEB nº 02/2009 e do Parecer CNE/CEB nº 09/2009.</p>

	<p>trabalho entre 30h e 40h semanais: R\$ 1.426,80 (excluídas as remunerações extras).</p> <p>Remuneração da carreira do/a professor/a com formação de nível superior e jornada de trabalho entre 30h e 40h semanais: R\$ 1.823,11 (acrescidas as vantagens pecuniárias).</p>	<p>Fonte: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)</p>
Alfabetización de adultos	<p>Valor da bolsa do PBA</p> <p>Bolsa classe I - Alfabetizador R\$ 250,00</p> <p>Bolsa classe II - Alfabetizador de uma turma ativa de população carcerária ou jovens em cumprimento de medidas sócio-educativas - R\$ 275,00</p> <p>Bolsa classe III - Tradutor-intérprete de Libras - R\$ 250,00</p> <p>Bolsa classe IV Coordenador de turmas - R\$ 500,00</p> <p>Bolsa classe V - Alfabetizador ou tradutor-intérprete com duas turmas - R\$ 500,00</p>	<p>Vale destacar que o pagamento de bolsa no âmbito do PBA é amparado pela Lei nº 9.608, de 18/12/1998, que dispõe sobre o serviço voluntário, não configurando, para este fim, uma remuneração.</p>

6.4 ¿Ha emprendido el gobierno alguna iniciativa en relación con las condiciones de trabajo de los educadores, facilitadores o voluntarios a cargo de adultos? Marque si la respuesta es afirmativa.

	<p>Marque todo lo que es Pertinente</p>
Educación de adultos	<input checked="" type="checkbox"/>
Alfabetización de adultos	<input type="checkbox"/>

6.5 ¿El gobierno nacional o los gobiernos subnacionales han implementado mecanismos de monitoreo y evaluación? (en caso afirmativo, marque todo lo que es pertinente).

	Monitoreo	Evaluación
Educación de adultos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alfabetización de adultos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Sírvase apresentar uma breve descrição y referencia:

ALFABETIZAÇÃO

Sistema Brasil Alfabetizado (SBA)

Com o objetivo de favorecer a gestão compartilhada do PBA entre os entes federados, o Sistema Brasil Alfabetizado (SBA) consolida as informações a respeito do processo de execução do Programa a partir do registro de dados dos alfabetizandos, alfabetizadores, coordenadores e entidades parceiras, favorecendo o processo de gestão, monitoramento e avaliação das ações de alfabetização.

Mapa do PBA

O Mapa do Programa Brasil Alfabetizado, disponível no sítio da SECADI/MEC é um instrumento de divulgação de informações do atendimento do Programa possibilitando o acompanhamento por parte dos cidadãos, órgãos de controle, pesquisadores e demais atores sociais da execução do Programa.

Monitoramento in loco da execução do PBA

Ação realizada pela equipe do MEC com a finalidade de verificar a execução local do programa, identificar dificuldades da execução pelos entes executores oferta de esclarecimentos e orientações e subsídio para adequação do desenho do Programa.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

SIOPE

O Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE) é um sistema eletrônico, operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), instituído para coleta, processamento, disseminação e acesso público às informações referentes aos orçamentos de educação da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, sem prejuízo das atribuições próprias dos Poderes Legislativos e dos Tribunais de Contas.

O Siope coleta, processa e torna públicas as informações referentes aos orçamentos de educação da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, com o objetivo de dar transparência aos investimentos em educação no país. O preenchimento em dia do sistema é condição para que estados e municípios possam celebrar convênios com órgãos federais e receber transferências voluntárias da União.

Se o estado ou município não investir no mínimo 25% do seu orçamento total em manutenção e desenvolvimento do ensino, o FNDE envia, automaticamente, um comunicado aos tribunais de contas estaduais e ao Ministério Público informando o não cumprimento da lei.

No Siope, os gestores têm à sua disposição indicadores educacionais do seu município, que podem auxiliá-los no planejamento das ações e na melhor gestão dos recursos. Entre os dados, estão os números sobre repetência, evasão e gastos por aluno, que fornecem uma fotografia de como está a gestão. Além disso, há também indicadores legais e financeiros.

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

O CACS-FUNDEB tem como principal objetivo o cadastro dos Conselhos com seus mandatos e conselheiros, bem como, facilitar o acompanhamento, controle social, comprovação e fiscalização dos recursos destinados para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

Conselho de Alimentação Escola - CAE Virtual

O CAE VIRTUAL foi planejado para registrar os conselhos e seus respectivos membros assim como, acompanhar e monitorar as suas necessidades, características, processos e atividades exercidas para ser atendido pelo PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

A principal finalidade do Conselho de Alimentação Escolar - CAE visa fiscalizar a merenda que os alunos recebem, o trabalho feito pelas merendeiras e principalmente a fiscalização e avaliação da verba, destinada a merenda escolar, que o Governo Federal repassa para as Prefeituras.

Sistema Caminho da Escola

O sistema visa dar suporte automatizado ao programa Caminho da Escola para a renovação e ampliação da frota de veículos de transporte escolar, por meio de concessão de financiamento aos estados e municípios brasileiros para aquisição de meios de transporte coletivo. A escolha deverá ser feita levando em consideração o número de alunos matriculados de acordo com o último censo escolar divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Levantamento da Situação Escolar (LSE)

O Levantamento da Situação Escolar é uma tecnologia de gestão da rede pública de educação desenvolvida e testada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Por meio da coleta de informações sobre as escolas de educação básica e profissionalizante, tem por objetivo assegurar o cumprimento dos Padrões Mínimos de Funcionamento da Escola estabelecidos pelo Ministério da Educação e certificar a rede física prevista nos Planos de Ações Articuladas (PAR).

O LSE detecta as necessidades de reforma e ampliação de prédios escolares e de aquisição de mobiliário e equipamento, possibilitando o estabelecimento das prioridades de atendimento dentro da rede pública de educação.

Sistema de Assistência a Programas e Projetos Educacionais

Implantado em fevereiro de 2005, é responsável em dar suporte automatizado ao processo de cadastramento e análise técnica dos projetos educacionais com liberação de Recursos por Transferência Voluntária, de acordo com a regulamentação do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007. Desenvolvido pelo FNDE, o SAPENET tem como fundamento a disponibilização das ações educacionais de acordo com o disposto nas resoluções do FNDE e secretarias do MEC, atendendo os órgãos ou entidades da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos. Dentre estas ações destacam-se a construção de creches, a melhoria da infra-estrutura das escolas urbanas e rurais e a aquisição de transporte coletivo escolar, além do atendimento das emendas parlamentares.

Sistema de Gestão de Bolsas - SGB

Sistema utilizado para gerir bolsas-auxílio fornecidas pelos programas que participam da política de incentivo à educação do governo federal.

O sistema integra os diversos programas do MEC que utilizam bolsa-auxílio, tais como: Pró-Licenciatura, Pró-Letramento, Pró-Infantil, Pró-Formação, Universidade Aberta do Brasil, Escola de Gestores, PET, Mídias na Educação, Brasil Alfabetizado, dentre outros.

Sistema do Material Didático - SIMAD

Disponível para escolas municipais, estaduais e federais; editoras, secretarias de educação, IPT e usuários internos do FNDE pertencentes à Coordenação do Livro. Suas principais funcionalidades são o controle da inscrição de material didático pelas editoras; o controle da escolha do material didático realizada pelas escolas e a monitoria da escolha do material didático em todo o Brasil.

SIMEC

O Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (Simec) é um portal operacional e de gestão do MEC, que trata do orçamento e monitoramento das propostas on-line do governo federal na área da educação. É no Simec que os gestores verificam o andamento dos Planos de Ações Articuladas em suas cidades.

6.6 ¿El gobierno nacional o los gobiernos subnacionales han encargado estudios para informar la política, así como el diseño y la ejecución de programas desde 2009?

*Marque todo lo que es
Pertinente*

Aprendizaje a lo largo de toda la vida	<input type="checkbox"/>
Educación de adultos	<input checked="" type="checkbox"/>
Alfabetización de adultos	<input checked="" type="checkbox"/>

Si há marcado uma o más casillas, sirvase presentar uma breve descripción y referencias:

1. Análise sobre a série história da PNAD (2001-2009) - O estudo analisou a base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) no ano de 2007. As interpretações resultantes dessas análises compõe um conjunto relevante de informações, de modo a subsidiar planejamentos futuros e decisões que envolvam as Políticas Públicas de EJA no Brasil.
2. Análise do Suplemento EJA PNAD(2007/08) - Análise sobre as trajetórias educacionais da população com educação básica incompleta.
3. Avaliação da Coleção Literatura Para Todos - Avaliação de fatores lingüísticos relacionados a dificuldades de leitura na coleção Literatura para Todos que teve como objetivo analisar o nível de adequação das obras da coleção ao público jovem e adulto. Os livros foram classificados de acordo com o grau de dificuldade para a compreensão leitora.
4. Retrato da leitura no Brasil- EJA - Pesquisa qualitativa de opinião com o objetivo de traçar o perfil das pessoas que passaram ou estão na Educação de Jovens e Adultos ou cursos similares. Apresenta um retrato detalhado da relação entre os sujeitos da EJA e os hábitos culturais referentes ao livro e à leitura.
5. Perfis de EJA no Educacenso – Estudo para elaboração de diagnóstico e proposta pedagógica para o fortalecimento da oferta de EJA por meio da formulação de estudos quantitativos e qualitativos sobre perfis de EJA constantes da base de dados do Educacenso, PNAD e Infopen, voltados para a identificação de características do alunado e do profissional docente, bem como da qualidade da oferta de Educação de Jovens e Adultos.
6. Análise dos resultados do ENCCEJA e ENEM - Análise dos dados dos exames de certificação de jovens e adultos em nível fundamental e médio.
7. Diagnóstico das Agendas Territoriais - Diagnósticos sobre a oferta e demanda de alfabetização e EJA em todos os Estados, identificando as ações intersetoriais e de formação.
8. Avaliação das ações de formação de alfabetizadores - Avaliação da formação inicial e continuada da equipe alfabetizadora do Programa Brasil Alfabetizado.
9. Avaliação do uso do livro didático na alfabetização - Avaliação dos efeitos do uso do livro didático distribuído pelo PNLA no processo de alfabetização de jovens e adultos.
10. Levantamento de boas práticas de alfabetização - Levantamento e análise das boas práticas de alfabetização adotadas pelos municípios atendidos pelo Programa Brasil Alfabetizado, assim como a oferta de apoio técnico aos municípios com altos índices de analfabetismo.
11. Consultoria de Apoio à Educação de Jovens e Adultos em municípios prioritários - Diagnósticos estaduais sobre a realidade educacional quanto à Alfabetização de Jovens e Adultos para implementação de políticas públicas atentando para as dimensões de gestão, infra-estrutura, atendimento pedagógico e formação de educadores..

6.7 Sirvase ofrecer toda información, explicación o comentario adicional que considere pertinente a fin de clarificar cualquier cuestión posible relativa a la información en esta sección

Informação adicionais ao Item 6.1

1. Critério de qualidade para a formação de educadores de EJA

Os cursos realizados pelas Instituições Públicas de Ensino Superior para formação de educadores de jovens e adultos, apoiados financeiramente pelo MEC devem refletir uma concepção de educação baseada no exercício do diálogo, em um processo de construção contínua da cidadania, considerando a diversidade, a educação inclusiva, a relação intergeracional, dentre outras. Devem, ainda, reconhecer a perspectiva intersetorial da EJA e potencializar sua articulação com o mundo do trabalho.

A educação popular deve servir de referência, uma vez que, historicamente, a EJA se caracteriza por articular processos de aprendizagem que ocorrem na escola e em diversos espaços educativos.

Os cursos devem estar em consonância com a legislação vigente e se orientar pelas diretrizes e normas oficiais que organizam e estabelecem os princípios a serem observados na Educação de Jovens e Adultos.

2. Critério de qualidade para a formação de alfabetizadores do Programa Brasil Alfabetizado (PBA)

O processo formativo da equipe de alfabetização do PBA é desenvolvido por meio de instituições formadoras, que abrangem Instituições de Ensino superior e instituições ou organizações de ensino sem fins lucrativos e seguem orientações definidas no documento "*Princípios, Diretrizes, Estratégias e Ações de Apoio ao Programa Brasil Alfabetizado: Elementos para a Formação de Coordenadores de Turmas e de Alfabetizadores*". O processo formativo do PBA deve considerar:

- A formação como um processo contínuo, no qual os coordenadores de turmas e os alfabetizadores do PBA participam de uma formação inicial, em período que antecede o início das turmas de alfabetização, e permanecem em processos de formação continuada durante todo o período em que estiverem envolvidos em práticas educativas no âmbito do Programa.
- A construção coletiva do conhecimento e valorização das experiências dos sujeitos durante todo o processo formativo.
- O respeito à diversidade sócio-econômica, política e cultural dos sujeitos envolvidos.
- A indissociabilidade da teoria e da prática durante as ações de educação e de formação.
- A formação na perspectiva da intersectorialidade.
- As ações formadoras que favoreçam a autonomia dos sujeitos considerando as especificidades dos jovens, adultos e idosos tendo em vista as suas diferentes trajetórias, expectativas e experiências.
- A continuidade de escolarização para jovens, adultos e idosos e a educação ao longo da vida.
- O diálogo e a articulação permanente entre as instituições formadoras e os gestores locais do Programa Brasil Alfabetizado.
- A pluralidade de concepções e referenciais teóricos, metodológicos e avaliativos na perspectiva da formação crítica, emancipadora dos sujeitos.
- Metodologias coerentes com os princípios do Programa que favoreçam a observação da prática pedagógica, a produção de registros e de memórias e a teorização e análise da prática.
- A elaboração de estratégias para potencializar os usos de materiais didáticos e literários no processo de alfabetização.
- A interação entre os participantes através da prática dialógica e proativa.
- A análise, discussão e avaliação da Matriz de Referência da Avaliação Cognitiva visando potencializar o uso da Avaliação Cognitiva durante o processo de alfabetização, pois os resultados obtidos apontarão os níveis nos quais se encontram os sujeitos, exigindo a elaboração de propostas adequadas às suas necessidades com o objetivo de desenvolver as diferentes competências e habilidades.

3. Critérios para análise do material didático de EJA (Anexo LVII)

- Respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas à Educação Básica, e particularmente da EJA;
- Observância de princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano;
- Coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pelo material didático, no que diz respeito à proposta didático-pedagógica explicitada e aos objetivos visados;
- Correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos;
- Existência de Guia ou Manual de Orientações Didáticas que explicita e seja coerente com a proposta didático-pedagógica do material didático;
- Estrutura editorial e aspectos gráfico-editoriais adequados aos fins a que se propõem as obras.

4. Critérios para análise de material literário de EJA

A criação de obras literárias deve considerar a especificidade dos neoleitores, jovens, adultos e idosos, procurando observar os seguintes aspectos:

- A concepção do texto deve apresentar uma narrativa literária atraente, destinada à captura do neoleitor, não se confundindo com objetivos escolares de ensino da língua e da gramática, e não contendo recomendações de conduta moral ou religiosa e abordagens preconceituosas;
 - Os textos literários devem incorporar leituras do mundo, em que texto e contexto histórico e social estejam entrelaçados com clareza e visibilidade;
 - Os textos literários devem favorecer o envolvimento afetivo do neoleitor, comunicar a compreensão, o entendimento e a crítica;
- São considerados, ainda os seguintes critérios:
- Presença característica de literariedade;
 - Exploração do universo cultural e linguístico do público neoleitor;
 - Escrita criativa utilizando linguagem expressiva;
 - Textos que contribuam para a construção da consciência individual, social e ética;
 - Textos que estimulem a imaginação e a reflexão;

Informações adicionais ao Item 6.4

Um dos principais pontos do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) é a formação de professores e a valorização dos profissionais da educação. O PDE promove o desdobramento de iniciativas fulcrais levadas a termo recentemente, quais sejam: a distinção dada aos profissionais da educação, única categoria profissional com piso salarial nacional constitucionalmente assegurado, e o comprometimento definitivo e determinante da União com a formação de professores para os sistemas públicos de educação básica.

Piso salarial - A Emenda Constitucional nº 53 estabeleceu a obrigação de que lei federal fixe o piso salarial nacional do magistério, resgatando compromisso histórico firmado no Palácio do Planalto, em 1994, entre o Ministério da Educação, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e outros atores sociais. Atualmente o piso salarial do professor de nível médio, com jornada de 40 horas semanais é de R\$ 1.451,00.

Formação de professores - A Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), por seu turno, alteram o quadro atual da formação de professores, estabelecendo relação permanente entre educação superior e educação básica. É o embrião de um futuro sistema nacional público de formação de professores, coordenado pela CAPES.

O PIBID oferece bolsas de iniciação à docência aos licenciandos de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas e que se comprometam com o exercício do magistério na rede pública, uma vez graduados. As áreas prioritárias serão física, química, biologia e matemática, nas quais se nota a menor presença de professores em exercício com formação específica.

A União, o Distrito Federal, os estados e os municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, continuada, e a capacitação dos profissionais de magistério.

7. Seguimiento de la CONFINTEA VI: actividades adicionales

7.1 Indique las actividades se han implementado para el seguimiento de la CONFINTEA VI, y la ejecución del *Marco de acción de Belém*.

	Marque si se ha ejecutado
Defensa activa (conferencia, foros, etc)	<input checked="" type="checkbox"/>
Campañas mediáticas	<input type="checkbox"/>
Publicaciones (folletos, prospecto, carteles, etc.)	<input checked="" type="checkbox"/>
Creación de comités para incorporar la educación y la alfabetización de adultos	<input checked="" type="checkbox"/>
Semana del Educando Adulto-Festivales del Apredizaje	<input type="checkbox"/>
Creación de redes o foros de educando	<input type="checkbox"/>
Traducción del <i>Marco de acción de Belém</i> a la lengua nacional	<input checked="" type="checkbox"/>
Presentación del <i>Marco de acción de Belém</i> al Parlamento	<input checked="" type="checkbox"/>
Elaboración de un plan de financiación	<input type="checkbox"/>
Elaboración de una hoja de ruta nacional para la implementación del <i>Marco de acción Belém</i>	<input type="checkbox"/>
Otras (sírvese especificar a continuación)	<input type="checkbox"/>

7.2 ¿Existe alguna experiencia innovadora en educación o alfabetización de adultos que se haya desarrollado en su país desde 2009 (CONFINTEA VI) y que podría ser instructiva para otros países? Si la respuesta es afirmativa, sírvase presentar una breve descripción y referencias.

Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos - Vide informação no item 3.3

Plano Nacional de Educação em Prisões

O Governo Federal, por intermédio dos Ministérios da Educação e da Justiça, Instituiu o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional cuja a finalidade é ampliar e qualificar a oferta de educação nos estabelecimento penais.

O Plano faz parte da política política integrada de educação nas prisões a cargo dos Ministérios da Educação e da Justiça e tem recursos para apoiar os estados na elaboração dos Planos Estaduais de Educação em Prisões, na formação de gestores, agentes penitenciários e professores e ainda, para a construção de salas de aula, aquisição de equipamentos e de acervo bibliográfico para as bibliotecas,

Medalha Paulo Freire

Instituída em 2003, constitui-se como ação para identificação, reconhecimento e estímulo às experiências educacionais que promovam políticas, programas e projetos cujas contribuições sejam relevantes para a educação de jovens e adultos no Brasil.

Medalha conferida a instituições que se destacam nos esforços para a erradicação do analfabetismo no país, considerando-se, para este fim, as iniciativas de alfabetização de jovens e

adultos que contribuam:

I - para reduzir os índices de analfabetismo, oferecendo práticas inclusivas de qualidade e buscando garantir a permanência e a continuidade do aluno em programas de educação de jovens e adultos;

II - para o fortalecimento do processo de mobilização nacional em proveito da universalização da educação de jovens e adultos.

III - articulem a continuidade dos estudos e a interface com o mundo do trabalho.

Rede Certific

A Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – Rede Certific surge a partir de uma ação conjunta dos Ministérios da Educação e do Trabalho e Emprego na prerrogativa de atender ao que estabelece o Art. 41 da Lei N° 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) onde menciona que “*O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos*” e a Lei n° 11.892, de 28 de dezembro de 2008, onde determina que no âmbito de sua atuação, os Institutos Federais “*exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais*” (art.2° § 2°).

A Rede Certific propõe-se a organizar e orientar a oferta gratuita de programas de certificação profissional e cursos de formação inicial e continuada nos diversos níveis da Educação Profissional e Tecnológica. Essa proposta foi formulada devido à necessidade de uma política pública efetiva que alie o reconhecimento de saberes adquiridos previamente a ações para a elevação de escolaridade.

Materiais Didáticos e Literários específicos para a EJA - PNLA/PNLDEJA

Criação de programas nacionais para a distribuição de livros didáticos para alfabetizandos, alunos e professores da educação de jovens e adultos

Mais informações sobre o assunto, Vide item 5.7.

Concurso Literatura para Todos –

A criação do Concurso Literatura para Todos fomenta a produção literária voltada para o público neoleitor.

Mais informações sobre o assunto, Vide item 5.7.

7.3 Sírvase presentar toda información, explicación o comentario adicional que considere pertinente a fin de clarificar cualquier cuestión posible relativa a la información en esta sección.

8. El Decenio de las Naciones Unidas de la Alfabetización (2003-2012): actividades específicas emprendidas en este marco tras el examen a medio plazo del DUNA en 2006

8.1 ¿Qué iniciativas o actividades específicas de defensa activa de la alfabetización de jóvenes y adultos se han emprendido en su país durante los últimos cinco años? Sírvase clasificarlas según su frecuencia o intensidad, así como por sus resultados o impacto.

	Frecuencia				Resultados			
	Muy frecuente	Frecuente	Escasa	Nula	Excelentes	Buenos	Modestos	No hay resultados
Actividades de defensa activa (conferencias, foros, etc.)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Campañas mediáticas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Publicaciones (folletos, prospectos, carteles, etc.)	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Otras (sírvase especificar más abajo)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

8.2 ¿Ha habido iniciativas o actividades específicas en apoyo de

	Sí	No
...mujeres y niñas?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Si la respuesta es afirmativa, presente una breve descripción y referencias:

...otros grupos excluidos, subrepresentados o desfavorecidos?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
---	-------------------------------------	--------------------------

Si la respuesta es afirmativa, presente una breve descripción y referencias:

Pescadores artesanais

Processo diferenciado de mobilização e atendimento pedagógico dos pescadores por meio do *Programa Pescando Letras*, desenvolvido pelo Ministério da Educação em parceria com o Ministério da Pesca e Aquicultura. Nos ciclos 2009 e 2010 do PBA foram atendidos 19.685 pescadores artesanais e 20.698 trabalhadores da pesca em turmas de alfabetização.

Canavieiros

Implementação de 181 turmas de alfabetização nas usinas canavieiras de 318 municípios brasileiros, pelo o Ministério da Educação em parceria com a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

Catadores de materiais recicláveis

Para atender aos catadores de materiais recicláveis de modo diferenciado, o PBA compõe o Fórum *Direitos e Cidadania*, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, no âmbito do Grupo Executivo *Recicla Brasil* tendo como meta alfabetizar 36.400 catadores até 2014.

Pessoas em situação de rua

Visando qualificar as ações de mobilização e atendimento da população em situação de rua, a Coordenação do Programa Brasil Alfabetizado, tem assento no Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional da População em Situação de Rua.

Quilombola

O projeto tem o propósito de combater os altíssimos índices de analfabetismo nas comunidades quilombolas. Essa iniciativa faz parte do progressivo reconhecimento por parte do Estado brasileiro da existência de comunidades remanescentes dos quilombos e da imensa dívida social que o nosso país tem com os afro-descendentes.

População em situação de vulnerabilidade social

Desde 2006 o MEC, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome atuam de modo articulado para ampliar o acesso do público do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal ao PBA. Entre 2009 e 2010 foram atendidas 238.877 pessoas em turmas de alfabetização.

8.3 ¿Cómo tasaría el impacto del Decenio de las Naciones Unidas de la Alfabetización en el impulso de sus esfuerzos de defensa activa en favor de la alfabetización?

Contribuyó significativamente	Contribuyó mucho	Contribuyó poco	No contribuyó
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Si su respuesta no es 'no contribuyó', sírvase presentar una breve explicación y ejemplos de los esfuerzos de defensa activa y comente sobre su grado de éxito:

O lançamento da Década da Alfabetização das Nações Unidas coincide com a criação do Programa Brasil Alfabetizado tornando o tema da alfabetização ainda mais relevante para a sociedade brasileira e aumentando sua visibilidade e capacidade de atuação.

8.4 ¿Han cambiado las políticas de alfabetización en su país durante los últimos cinco años?

Sí	No
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Si la respuesta es afirmativa, presente una breve explicación:

Redesenho do Programa Brasil Alfabetizado (2007-2008)

Ampliou-se a responsabilidade dos entes federados limitando a adesão ao programa apenas aos estados e municípios com isto fortalecendo a integração da alfabetização com a educação de jovens e adultos ofertada pelos sistemas públicos de ensino para a continuidade da escolarização dos egressos do Programa.

Redesenho do Programa Brasil Alfabetizado (2008-2011)

Aperfeiçoamento dos sistemas de gestão e monitoramento do PBA, ampliação de parcerias intersetoriais; atuação focalizada no Norte e Nordeste, regiões que apresentam as maiores taxas de analfabetismo; publicação de diretrizes de formação de alfabetizadores e coordenadores de turma e criação da Agenda Territorial

8.5 ¿Han cambiado las metas de alfabetización en su país durante los últimos cinco años?

Sí	No
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Si la respuesta es afirmativa, presente una breve explicación:

8.6 ¿Cuáles son actualmente las necesidades del país en materia de desarrollo de capacidades en alfabetización, y cuáles son los obstáculos y desafíos para satisfacerlas?

Em termos de desenvolvimento de capacidades, as necessidades brasileiras na área de alfabetização de jovens e adultos são concernentes ao processo formativo propriamente dito e aos processos de gestão da educação, tanto no âmbito dos programas de alfabetização quanto das redes públicas de ensino.

Verifica-se significativa demanda no país no que diz respeito à formação inicial e continuada de docentes para atuação na EJA. Um dos obstáculos identificados neste quesito é a reduzida oferta de cursos de formação inicial (graduação) e continuada (extensão, aperfeiçoamento e pós-graduação), sendo necessária efetiva participação das instituições públicas de ensino superior na constituição de redes de formação.

No âmbito da Conferência Nacional de Educação, realizada no ano de 2010, essas necessidades são compreendidas sob o ponto de vista da profissionalização, processo este que deve integrar, de modo indissociável, a formação e a valorização dos profissionais da educação. O principal desafio brasileiro é institucionalizar uma política nacional de formação e valorização dos profissionais da educação, garantindo os mesmos direitos e condições de igualdade dos demais professores da educação básica, pois os sistemas de ensino ainda é composto por elevado número de professores com contratos de trabalho precários.

Quanto à formação dos demais profissionais que atuam nos programas de alfabetização e nos sistemas de ensino na modalidade EJA (especialistas, funcionários e técnico-administrativos), o desafio proposto é o de promover e garantir a oferta de programas públicos permanentes de formação continuada.

No âmbito do Programa Brasil Alfabetizado – PBA, verifica-se que os Entes Executores das ações de alfabetização (estados e municípios) apresentam significativa dificuldade na execução do programa o que, em grande parte dos casos, compromete o alcance dos resultados esperados em termos de alfabetização e articulação com a rede de ensino de EJA.

8.7 ¿Cuáles son los principales desafíos respecto a la planificación, ejecución, administración, monitoreo y evaluación de sus programas de alfabetización?

Em razão dos estados e municípios serem considerados entes autônomos, como dispõe a Constituição brasileira, ainda não se tem um sistema nacional articulado de educação, mas a junção de diferentes sistemas de ensino, correspondentes ao número de estados e de municípios.

Nesse sentido, o grande desafio em termos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação dos programas de alfabetização diz respeito à consolidação de mecanismos que assegurem o atendimento das demandas de alfabetização e EJA, a partir de uma base nacional comum, e em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios.

No caso do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), vale destacar que, enquanto esforço de superação do analfabetismo com a diversidade regional e de público em um país com as dimensões territoriais do Brasil, ao invés de adotar um modelo único, contempla-se uma diversidade de metodologias e práticas. Esse desenho permite aos parceiros construir uma política de alcance nacional, fortalecendo as ações já existentes e a adequação do processo educativo às diferenças étnicas, regionais, culturais, de gênero entre os segmentos sociais atendidos.

Todavia, no contato com os Entes Executores do PBA e nas visitas técnicas realizadas por consultores aos municípios, constata-se a fragilidade na utilização dos instrumentos e ferramentas de gestão (planejamento, acompanhamento e avaliação), assim como a ausência de formação técnica e pedagógica na modalidade, fatores estes que têm comprometido a eficácia da ação alfabetizadora.

Por outro lado o Governo Federal, enquanto coordenador da ação, ainda não possui condições técnico-operacionais suficientes para dar seguimento aos processos de formação de gestores, assim como de monitoramento e avaliação das ações implementadas em aproximadamente 3500

municípios brasileiros atendidos pelo PBA. Outrossim, o grande desafio que se apresenta, então, é a construção de mecanismos de responsabilização dos diversos entes federados pelas ações de alfabetização e oferta de EJA no país.

8.8 ¿Hay otros obstáculos o retos importantes para aumentar los esfuerzos en materia de alfabetización?

¿Cuáles áreas, mencionadas aquí u otras, requieren investigación adicional?

Não.

8.9 ¿Cuáles son las perspectivas para sostener los esfuerzos en materia de alfabetización más allá de

2013? ¿Qué medidas planea adoptar su gobierno a este respecto?

Dentre as principais medidas a serem adotadas pelo governo brasileiro frente a estes desafios, destaca-se a perspectiva de aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), atualmente em discussão no Congresso Nacional visando cumprir, em âmbito nacional, as metas estabelecidas para alfabetização, assim como ampliar os recursos destinados à educação na ordem de 7% do PIB.

Planeja-se, ainda, fortalecer as ações da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado da Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, cujos objetivos são os de formular, de modo participativo, as Políticas Públicas de Estado assim como aprimorar os seus mecanismos de monitoramento, avaliação e controle social.